

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

GIANCARLO ALMEIDA GUIMARÃES

EFEITOS DO PORTE E DO TEMPO DE INSTALAÇÃO EM INDICADORES FISCAIS
MUNICIPAIS NO BRASIL: A QUESTÃO DOS MICRO MUNICÍPIOS

UBERLÂNDIA – MG

2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

GIANCARLO ALMEIDA GUIMARÃES

**EFEITOS DO PORTE E DO TEMPO DE INSTALAÇÃO EM INDICADORES FISCAIS
MUNICIPAIS NO BRASIL: A QUESTÃO DOS MICRO MUNICÍPIOS**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Carlos César Santejo Saiani

UBERLÂNDIA – MG

2023

GIANCARLO ALMEIDA GUIMARÃES

EFEITOS DO PORTE E DO TEMPO DE INSTALAÇÃO EM INDICADORES FISCAIS
MUNICIPAIS NO BRASIL: A QUESTÃO DOS MICRO MUNICÍPIOS

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Carlos César Santejo Saiani

BANCA EXAMINADORA:

Uberlândia,

Prof. Dr. Carlos César Santejo Saiani (orientador)

Prof. Dr. Germano Mendes De Paula (examinador)

Prof. Dr. Julio Fernando Costa Santos (examinador)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar aqueles cuja presença essencial em minha vida, Clecio (*in memoriam*) e Helka, meus pais, que empenho em me educar sempre veio em primeiro lugar. Aqui estão os resultados dos seus esforços, com muita gratidão. E a saudade que aperta o peito sempre, meu pai, minha paixão e minha bússola ao longo deste mundo. Este é um fechamento de um ciclo virtuoso em que amor, educação e disciplina sempre caminharam lado a lado. Com muita gratidão a meus irmãos, aqueles a quem quero espelhar meus passos para que enquanto no papel que não só de irmão, mas de alguém que zela pelo seu futuro, possa contribuir para seu desenvolvimento intelectual, de caráter e enquanto pessoa.

Agradeço ao professor Carlos Saiani por ter sido um verdadeiro farol durante a minha navegação. Digo isto pois estivemos unidos ao longo dos processos que se iniciaram desde nosso primeiro contato quando lhe abordei sobre iniciação científica até o presente momento em que, juntos, completamos um ciclo virtuoso de muita parceria e aprendizado. Muito obrigado pela sua orientação, cortesia e presença prestadas.

Expresso minha gratidão aos familiares e amigos que compartilharam a jornada da faculdade e em inúmeros momentos se fizeram presentes em minha vida. Dedico assim, esta monografia a todos os meus amigos de curso, grandes companheiros de jornada em especial aos brilhantes amigos: Laura Nunes Pereira, Maria Clara Silva Costa e Rafael Oliveira Barbosa pelo apoio e incentivo que este nosso bem precioso, a amizade, pôde nos proporcionar ao longo dos últimos anos.

Agradeço a Yasmin, amiga e parceira de vida, que me apoiou durante a preparação desta monografia. Agradeço a forma como foi capaz de me incentivar todos os dias. Grato por me ajudar a realizar este sonho. Estendo o agradecimento aos meus sogros Naldo e Valdênia, a quem me acolheram como filho e igualmente estimaram meu sucesso ao longo dos caminhos aqui trilhados.

Ao Instituto de Economia, são enormes os sentimentos de gratidão e orgulho de poder ter compartilhado tantas boas vivências e troca de aprendizados ao longo de toda a graduação. Seja em sala de aula, seja no cotidiano. Aos professores que com amor e vocação marcaram presença em minha trajetória acadêmica, agradeço a todos os docentes nas pessoas dos Professores Ana Paula Avellar, Germano De Paula e Vanessa do Val.

Mestres, é de valor inestimável o conhecimento que vocês perpetuam para a comunidade acadêmica e para a formação de indivíduos que reforcem suas análises críticas bem usufruam das ciências econômicas para pensar um futuro melhor.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - REVISÃO DA LITERATURA APLICADA SOBRE AS MOTIVAÇÕES DE ABERTURAS DE PROCESSOS EMANCIPATÓRIOS MUNICIPAIS NO BRASIL	18
QUADRO 2 - VARIÁVEIS DEPENDENTES (INDICADORES FISCAIS).....	26
QUADRO 3 - SÍNTESE DAS EVIDÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS COM ATÉ 10 MIL HABITANTES ...	50
QUADRO 4 - SÍNTESE DAS EVIDÊNCIAS PARA A IDADE DOS MUNICÍPIOS	51

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - BRASIL: CRESCIMENTO ABSOLUTO E RELATIVO NO NÚMERO DE MUNICÍPIOS NO BRASIL, POR INTERVALOS CONSTITUCIONAIS (DE 1891 A 2022).....	15
TABELA 2 - BRASIL: MUNICÍPIOS CRIADOS APÓS 1984, SEGUNDO FAIXAS DE POPULAÇÃO E REGIÕES	22
TABELA 3 - VARIÁVEIS UTILIZADAS NAS ESTIMAÇÕES	29
TABELA 4 – IFGF GERAL MÉDIO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, SEGUNDO FAIXAS DE POPULAÇÃO E REGIÕES.....	31
TABELA 5 - IFGF AUTONOMIA MÉDIO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, SEGUNDO FAIXAS DE POPULAÇÃO E REGIÕES (2013 A 2017)	32
TABELA 6 - IFGF GASTOS COM PESSOAL MÉDIO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, SEGUNDO FAIXAS DE POPULAÇÃO E REGIÕES (2013 A 2017)	33
TABELA 7 - IFGF LIQUIDEZ MÉDIO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, SEGUNDO FAIXAS DE POPULAÇÃO E REGIÕES.....	33
TABELA 8 - IFGF INVESTIMENTOS MÉDIO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, SEGUNDO FAIXAS DE POPULAÇÃO E REGIÕES.....	34
TABELA 9 - RECEITA PRÓPRIA PER CAPITA MÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (EM REAIS DE 2017), SEGUNDO FAIXAS DE POPULAÇÃO E REGIÕES (2013 A 2017).....	34
TABELA 10 - DESPESA SOCIAL PER CAPITA MÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (EM REAIS DE 2017), SEGUNDO FAIXAS DE POPULAÇÃO E REGIÕES (2013 A 2017).....	35
TABELA 11 - DESPESA DE OVERHEAD PER CAPITA MÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (EM REAIS DE 2017), SEGUNDO FAIXAS DE POPULAÇÃO E REGIÕES (2013 A 2017)	35
TABELA 12 - RESULTADO FISCAL PER CAPITA MÉDIO (EM REAIS DE 2017), SEGUNDO FAIXAS DE POPULAÇÃO E REGIÕES.....	36
TABELA 13 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS PER CAPITA MÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (EM REAIS DE 2017), SEGUNDO FAIXAS DE POPULAÇÃO E REGIÕES (2013 A 2017).....	36
TABELA 14 - VARIÁVEL DEPENDENTE IFGF GERAL: ESTIMAÇÕES EM PAINEL COM EFEITOS FIXOS.....	39
TABELA 15 - VARIÁVEL DEPENDENTE IFGF AUTONOMIA: ESTIMAÇÕES EM PAINEL COM EFEITOS FIXOS.....	40
TABELA 16 - VARIÁVEL DEPENDENTE IFGF GASTOS COM PESSOAL: ESTIMAÇÕES EM PAINEL COM EFEITOS FIXOS	41
TABELA 17 - VARIÁVEL DEPENDENTE IFGF LIQUIDEZ: ESTIMAÇÕES EM PAINEL COM EFEITOS FIXOS.....	42
TABELA 18 - VARIÁVEL DEPENDENTE IFGF INVESTIMENTOS: ESTIMAÇÕES EM PAINEL COM EFEITOS FIXOS.....	43
TABELA 19 - VARIÁVEL DEPENDENTE RECEITA PRÓPRIA PER CAPITA: ESTIMAÇÕES EM PAINEL COM EFEITOS FIXOS	44
TABELA 20 - VARIÁVEL DEPENDENTE DESPESA SOCIAL PER CAPITA: ESTIMAÇÕES EM PAINEL COM EFEITOS FIXOS	45

TABELA 21 - VARIÁVEL DEPENDENTE DESPESAS DE OVERHEAD PER CAPITA: ESTIMAÇÕES EM PAINEL COM EFEITOS FIXOS	46
TABELA 22 - VARIÁVEL DEPENDENTE RESULTADO FISCAL PER CAPITA – SUPERÁVIT OU DÉFICIT: ESTIMAÇÕES EM PAINEL COM EFEITOS FIXOS.....	47

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	11
2 – REFERENCIAL TEÓRICO, HISTÓRICO, INSTITUCIONAL E EMPÍRICO.....	12
2.1 (DES)VANTAGENS DA DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICA/FISCAL	12
2.2 DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICA/FISCAL NO BRASIL	13
2.3 PEQUENOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS	15
3 – ESTRATÉGIAS EMPÍRICAS E DADOS.....	24
4 – EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS.....	31
4.1 ANÁLISES DESCRITIVAS	31
4.2 ANÁLISES DOS RESULTADOS DAS ESTIMAÇÕES ECONÔMETRICAS	37
4.3 SÍNTESE DAS EVIDÊNCIAS DESCRITIVAS E ECONÔMETRICAS	50
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	52

RESUMO

Pelo desenho institucional de uma República Federalista, os mecanismos de financiamento público são pensados para que boa parte do orçamento dos municípios seja oriundo de transferências da União e dos Estados. Neste cenário, a necessidade de um arcabouço fiscal sustentável é imprescindível para a manutenção do nível de investimento público. A interação entre a política fiscal e a trajetória temporal da dívida pública é o que se chama de sustentabilidade fiscal. E já em específico ao Brasil, um dos pontos cruciais da discussão fiscal, é a pressão que as pequenas municipalidades exercem sobre as contas públicas. Sendo assim, esta monografia propõe-se a revisitar o contexto histórico acerca do Federalismo Brasileiro, entender os ciclos democráticos em que houve expansão do número de municípios e avaliar os impactos sobre diferentes indicadores fiscais e econômicos. Para tanto, este trabalho teve como objetivos: i) discutir o que levou o Brasil a ser composto por uma quantidade muito grande de micro municípios; ii) averiguar como indicadores tradicionais de desempenho fiscal se comportam em função do porte municipal (população); e iii) avaliar se maior descentralização política – porte e idade dos municípios como *proxies* – afetam o desempenho fiscal municipais. As análises foram estimadas modelos de painel estático (efeitos fixos) com dados municipais de 2003 a 2017. Os resultados sinalizaram que na grande maioria dos indicadores observados, os municípios criados após a promulgação da Constituição de 1988 detêm indicadores fiscais e sociais piores do que municípios instalados anteriormente.

Palavras-chave: Descentralização fiscal, Gastos públicos, Municípios, Reforma Tributária, Dados em painel.

ABSTRACT

By the institutional design of a Federalist Republic, the public financing mechanisms are designed so that a large part of the municipal budget comes from transfers from the Union and the States. In this scenario, the need for a sustainable fiscal framework is essential to maintain the level of public investment. The interaction between fiscal policy and the time path of the public debt is what is called fiscal sustainability. And, specifically in Brazil, one of the crucial points in the fiscal discussion is the pressure that small municipalities exert on public accounts. Thus, this monograph proposes to revisit the historical context of Brazilian Federalism, understand the democratic cycles in which there was an expansion in the number of municipalities and evaluate the impacts on different fiscal and economic indicators. To this end, this work had as objectives: i) discuss what led Brazil to be composed of a very large number of micro municipalities; ii) investigate how traditional fiscal performance indicators behave as a function of municipal size (population); and iii) evaluate whether greater political decentralization - size and age of municipalities as proxies - affect municipal fiscal performance. The analyses were estimated static panel models (fixed effects) with municipal data from 2003 to 2017. The results signaled that in many observed indicators, municipalities created after the enactment of the 1988 Constitution hold worse fiscal and social indicators than municipalities installed earlier.

Keywords: Fiscal decentralization, Public Spending, Municipalities, Tributary Reform, Panel Data.

I – INTRODUÇÃO

No final de 2019, o governo federal entregou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Pacto Federativo. Uma de suas proposições, que dividiu opiniões, é a de que municípios com menos de 5 mil habitantes (pelo Censo de 2020) e arrecadação própria inferior a 10% da sua receita sejam fundidos (incorporados), a partir de 2026, a vizinhos limítrofes que respeitam os critérios estabelecidos. Segundo os proponentes, embasados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1.254 municípios se encaixariam nas condições do projeto, o que corresponde a quase um a cada quatro municípios brasileiros – 22,5% do total de 5.570. A justificativa dada é o fortalecimento da federação e a possibilidade de maior austeridade fiscal (TEMÓTEO et al., 2019).

Nesse contexto, o **problema investigativo** que norteia esta monografia é: a fusão de municípios, defendida pela PEC do Pacto Federativo, pode garantir uma maior sustentabilidade fiscal dos municípios brasileiros? Para a responder a este problema, os **objetivos gerais** a serem atingidos são: i) discutir o que levou o Brasil a ser composto por uma quantidade muito grande de micro municípios; ii) averiguar como indicadores tradicionais de desempenho fiscal se comportam em função do porte municipal (população); e iii) avaliar se maior descentralização política – porte e idade dos municípios como *proxies* – afetam o desempenho fiscal municipal.

Para isso, serão realizadas análises quantitativas descritivas e regressões para um painel de municípios brasileiros. Por meio destas estratégias empíricas, é testada a **hipótese** de que: uma maior descentralização política/fiscal, acompanhada por aumentos emancipatórios de pequenos municípios, como é comum no Brasil, tendem a deteriorar a situação fiscal agregada do país.

Além desta Introdução e das Considerações Finais, a presente monografia é composta por mais 3 capítulos. No segundo, são apresentados os referenciais teórico, histórico, institucional e aplicado – é por meio da revisão histórica e aplicada que o primeiro objetivo é alcançado. No terceiro capítulo, são discutidas as estratégias empíricas empregadas (métodos e dados). Por último, no quarto capítulo, são reportadas e analisadas as evidências obtidas nesta monografia.

2 – REFERENCIAL TEÓRICO, HISTÓRICO, INSTITUCIONAL E EMPÍRICO

2.1 (Des)vantagens da descentralização política/fiscal

Para fundamentar teoricamente o presente estudo, é necessário discutir (des)vantagens da descentralização política e, historicamente, a dinâmica pendular centralização-descentralização no Brasil. Em termos teóricos, o debate sobre descentralização começou a ganhar corpo com Tiebout (1956), que defende uma maior eficiência na alocação dos gastos públicos em alguns bens e serviços sob a responsabilidade de governos locais e não do central. Os locais teriam maior capacidade de identificar as preferências específicas de suas populações (redução de assimetrias informacionais), devido à maior proximidade a elas, e incentivo para as atender, dada a chance de as pessoas “votarem com os pés” – escolherem o local de residência avaliando a cesta de serviços públicos que melhor atendam às suas preferências (controle social).

De acordo com Oates (1972, 1999), a provisão local deve ser preconizada na ausência de externalidades entre locais e de economias de escala. Nesses casos, a descentralização da provisão **tende** a melhorar o bem-estar relativamente à centralização, uma vez que a última **tende** a resultar em provisão uniforme dada a dificuldade do governo central de identificar especificidades dos locais e as preferências de seus cidadãos. Portanto, os benefícios da descentralização decorrem das possíveis decisões específicas dos governos locais, que podem considerar a diversidade das demandas por projetos públicos específicos em cada local.

A literatura também aponta argumentos contrários à descentralização, como: i) chance de alocação não ótima na presença de externalidades entre locais, assim como de economias de escala (ALESINA; SPOLOARE, 1997; PERSSON; TABELLINI, 2000); e ii) possibilidade de conflitos entre as funções: 1) alocativa – capacidades distintas dos governos locais de arrecadar, investir, gerir e prover serviços. 2) distributiva – migrações internas indesejáveis e pressões sociais, que justificam a adoção de mecanismos compensatórios, mas que podem gerar efeitos adversos (discutidos mais adiante). 3) estabilizadora – decisões fiscais locais podem comprometer a condução de políticas macroeconômicas (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000).

Outro possível problema decorrente da descentralização é a captura de recursos públicos por governantes e burocratas locais, o que é atrelado ao fenômeno da ilusão fiscal (WYCKOFF, 1988; STRUMPF, 1998). Este fenômeno representa o desvio de recursos públicos de atividades que beneficiam mais a população em geral para fins mais favoráveis a governantes e burocratas, como despesas administrativas e legislativas. Advoga-se que a possibilidade é maior existindo

mecanismos de transferências intergovernamentais – recursos transferidos de esferas superiores de governo aos locais (MENDES; ROCHA, 2003).

Pelo lado das receitas, a ilusão fiscal associada às transferências intergovernamentais pode induzir o relaxamento dos governos locais de cobrarem tributos que são responsáveis. Ou seja, um baixo esforço fiscal devido à motivação de não incorrer em custos políticos e eleitorais da tributação de residentes frente à chance de que financiem suas despesas com recursos oriundos de não residentes. A convergência da captura de recursos com o baixo esforço fiscal, evidenciadas na literatura (COSSÍO, 1998; MENDES; ROCHA, 2003), pode explicar, em algum grau, problemas fiscais em grande parte dos municípios brasileiros que justificam a proposição de fusões municipais da PEC do Pacto Federativo apontada na Introdução.

2.2 Descentralização política/fiscal no Brasil

O grau de descentralização política/fiscal no Brasil teve tendência cíclica em seu período republicano, acompanhando o grau de democracia dos regimes políticos. Na República Velha (1889 a 1930), a descentralização foi uma reação ao centralismo do Império, sendo revertida no Estado Novo (1930 a 1946), com a centralização sendo defendida como mecanismo para lidar com a depressão econômica, unificar o mercado interno e criar bases à industrialização.

De 1946 a 1964, com a redemocratização, a Constituição Federal de 1946 resultou em novo processo de descentralização. Já o regime militar, a partir de 1964, instalou outro período de centralização que perdurou por mais de 20 anos, consolidado pela Constituição de 1967 e pela consequente reforma fiscal, que concentrou receitas e despesas no governo federal. No início dos anos 1980, com o aprofundamento da luta pela redemocratização, a descentralização foi defendida como um de seus condicionantes. Argumentava-se que o fortalecimento político subnacional dependia do financeiro (AFONSO et al., 1998; SERRA; AFONSO, 1999).

Nos últimos anos do regime militar, cresceram as transferências federais aos governos subnacionais via Fundos de Participação Estadual (FPE) e de Participação Municipal (FPM), criados em 1966. Inicialmente, estes buscavam garantir apoio político, mas passaram a ser instrumentos de acomodação para pressões por redemocratização. No início dos anos 1980, a capacidade do governo central de transferir recursos às outras esferas e investir diretamente sofreram grandes quedas devido à crise econômica daquele momento. Nesse contexto, estados e municípios fortaleceram as reivindicações por descentralização, o que se concretizou com o fim do governo militar e a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Os municípios são defendidos como os mais favorecidos pela descentralização deste período. Segundo Gomes e Mac Dowell (2000), por exemplo, o resultado foi um federalismo municipal, que reforçou a “tradição municipalista” do federalismo do país nas fases de maior descentralização. Primeiro pelos municípios que foram reconhecidos como Entes da Federação, com direitos e deveres similares a estados. Além disso, os recursos aos municípios cresceram significativamente, tanto por elevação da base tributária como de receitas de transferências.

Nesse sentido, pode-se apontar o Fundo de Participação Municipal (FPM), formado pelas arrecadações dos Impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI). No final do regime militar, o FPM era formado por 10% das arrecadações do IR e do IPI. Depois da Constituição de 1988, evoluiu até 22,5%. A partilha do FPM foi definida como um mecanismo compensatório, visando à equalização de diferenças econômicas e, assim, de capacidades de arrecadação (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000). Partiu-se da premissa de que esta capacidade é correlacionada à população e, por isso, ela é o principal parâmetro para a partilha (MF, 2013).

Os municípios também contam com transferências estaduais de recursos oriundos dos Impostos sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A partilha destes dá maior ênfase à origem (valor adicionado) e não à população. A Constituição de 1988 também favoreceu municípios em relação a tais recursos. A base de incidência do ICMS incorporou alguns impostos federais, aumentando a arrecadação, e a cota-parte municipal passou de 20% para 25% (SERRA; AFONSO, 1999).

Além disso, a base tributária municipal foi consolidada, definindo a cobrança de: a) impostos – Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Serviços (ISS) e Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) –; b) taxas; e c) contribuições. Fora os aspectos já comentados, alguns trabalhos abordam vantagens e problemas específicos da descentralização brasileira pós-1988 e, conseqüentemente, do federalismo fiscal no país, assim como medidas adotadas para superar suas deficiências, como: i) a vinculação de recursos a gastos com educação – Fundos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e, posteriormente, de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) – e saúde – Sistema Único de Saúde (SUS) (RODRIGUEZ, 2001; UGÁ et al., 2003) –; e ii) a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que definiu limites fiscais, como de gastos e endividamento subnacionais (GIUBERTI, 2005; MACEDO; CORBARI, 2013). Para este estudo, cabe destacar um dos principais efeitos adversos da descentralização brasileira com aumento de transferência: a criação de novos municípios. A seguir, este aspecto é discutido.

2.3 Pequenos municípios brasileiros

Movimentos de criação de municípios no Brasil ocorreram ao longo do século XX, com fases de descentralização com maior criação e de centralização com queda ou estabilidade. Desde 1940, foram criados 3.988 dos atuais 5.570 municípios (71,6%), sendo 2.063 de 1950 e 1970, em especial nos anos entre as fases de maior centralização política (Estado Novo e regime militar). A Constituição de 1967 inibiu a criação de municípios e induziu a extinção de alguns. Em 1964, existiam 4.115 municípios, total que caiu para 3.974 no período militar. Porém, nos anos finais, a pressão por descentralização resultou no início de um novo movimento de criação. Antes da Constituição de 1988, foram criados 186 municípios e outros 247 haviam iniciado suas emancipações (FAVERO, 2004; NUNES, 2017). A Tabela 1 ilustra os fatos apontados.

Tabela 1 - Brasil: crescimento absoluto e relativo no número de municípios no Brasil, por intervalos constitucionais (de 1891 a 2022)

Intervalos Constitucionais	Constituição Vigente	Municípios Criados	Crescimento Relativo (%)	Total no Final do Intervalo
1891 a 1934	1891 - Primeira República	475	53,9	1.356
1934 a 1937	1934 - Segunda República	81	6,0	1.437
1937 a 1946	1937 - Estado Novo	217	15,1	1.654
1946 a 1967	1946 - Constituição Democrática de 1946 - Estado Novo	2.235	135,1	3.889
1967 a 1969	1967 - Regime Militar	1	0,0	3.890
1969 a 1988	1969 - Regime Militar	233	6,0	4.123
1988 a 2022	1988 - Constituição Cidadã	1.447	35,1	5.570

Fonte: Atlas Brasil (PNUD, 2015 *apud* NUNES, 2017).

De 1991 e 1997, após a promulgação da Constituição de 1988, que foi mais permissiva, foram instalados mais 1.016 municípios. Depois, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 15 em 1996, que definiu critérios mais rigorosos, apenas 55 municípios foram criados em 2001 e, desde então, foram menos de 20. Assim, atualmente, o Brasil é formado por 5.570, dos quais aproximadamente 27% foram concebidos a partir dos anos 1980, sendo a maioria após 1988 – 1.318 (24%). A Lei Complementar com critérios para a criação de municípios foi aprovada pelos deputados em 2013 e Senado em 2014. Contudo, foi vetada pela presidência (FAVERO, 2004).

Nesse contexto, uma questão motiva debates políticos e pesquisas: quais os determinantes destas emancipações municipais? O Quadro 1 sintetiza discussões e evidências nesse sentido da literatura. Bremaeker (1993), por exemplo, a partir de um questionário respondido por 62 prefeitos (12,4% dos novos municípios do período analisado), aponta que: 62,9% dos processos emancipatórios foram motivadas pelo descaso administrativo do município originário; 27,4% pela existência de forte atividade econômica local; 24,2% pela grande extensão territorial do município de origem (distância em relação à sede dificultando o atendimento de demandas locais); e 1,6% pelo aumento da população local com relação próxima¹.

Para Kasznar (1999), existem outros determinantes, como as motivações políticas em casos sustentados por um fundo social buscando maior participação política em articulações com lideranças locais. Há, ainda, motivações econômicas relativas à capacidade contributiva fiscal – especificamente a carga fiscal potencial dos municípios conforme aumenta a população –, em um consenso entre os líderes e a população de que a emancipação manteria uma carga tributária mais baixa. Como motivações demográficas, a dinâmica da migração e os “vazios humanos”, ou seja, áreas nas quais é estimulado o novo município com o apoio financeiro de programas federais². Estas também são as principais motivações apontadas em análises para estados específicos. Por exemplo, Shikida (1999), Fleury (2003) e Massardi e Abrantes (2015) para Minas Gerais; e Siqueira (2003), Cigolini e Matiolo (2013) e Grin (2013) em São Paulo.

Condicionantes institucionais das emancipações não podem ser ignorados. Nessa linha, é claro o papel da dinâmica da descentralização política. Favero (2004) aponta que esta é uma discussão que se apresenta desde o período colonial, atravessando diferentes regimes políticos e Constituições e evidenciando a dimensão e diversidade do território do país. Especificamente para o período mais recente, Magalhães (2008) aponta que, após a Constituição de 1988, os municípios passaram a ser considerados Entes federativos e a desempenhar um papel mais relevante na administração pública do país.

Assim, passaram a integrar a Federação com os estados e o Distrito Federal. Em decorrência, os municípios receberam extenso e detalhado tratamento constitucional, com competências privativas ou em colaboração com estados e União. Além disso, em termos de autonomia, receberam competências tributárias próprias e participações na arrecadação de

¹ Era possível um mesmo município apontar mais de uma causa, por isso a totalização é superior a 100%.

² Um exemplo é a existência de distritos no estado do Mato Grosso que estão a mais de 400 quilômetros de distância do município ao qual estão integradas, o que por si só traz dificuldades de oferta de serviços por parte do poder executivo da região central destes territórios (KASZNAR, 1999).

impostos da União e dos estados. Em contrapartida, foi ampliada a esfera de obrigações dos municípios na prestação de serviços públicos essenciais

Quadro 1 - Revisão da literatura aplicada sobre as motivações de aberturas de processos emancipatórios municipais no Brasil

Trabalhos	Delimitações Geográficas e Temporais	Metodologias	Principais evidências	Variáveis
Causas (Estrutura federativa, flexibilidade constitucional e motivações para a descentralização)				
Bremaecker (1993)	Brasil (Década de 1990)	Qualitativo	Na maioria dos casos de emancipação há forte influência dos fatores extensão territorial e descaso administrativo do município de origem.	---
Kasznar (1999)	Brasil (Entre 1988-1999)	Qualitativo	Motivações políticas, econômicas e demográficas são fundamentais para entendermos a condução dos processos emancipatórios.	---
Shikida (1999)	Estado de Minas Gerais (1995)	Qualitativo e quantitativo (regressão <i>Probit</i>)	Os municípios mineiros são ineficazes na arrecadação de receita tributária própria. Cálculos relacionados ao FPM captam o benefício decrescente pelo aumento da dependência da base tributária externa.	FPM, ISS, IPTU, renda capital e índices municipais.
Cataia (2001)	Brasil (Década de 1990)	Qualitativo	Alguns estados instalaram novos município depois de editada a Emenda nº 15, rompendo com o pacto federativo. Nesse contexto seria oportuno rever os conceitos de soberania e autonomia a partir do território porque a produção de novos recortes políticos impõe condicionantes para toda a sociedade.	---
Fleury (2003)	Estado de Minas Gerais (2003)	Qualitativo	A melhoria das condições de vida pode estar relacionada com ações político-administrativas que <u>desequilibrem o jogo em favor dos menos favorecidos.</u>	---
Siqueira (2003)	Estado de São Paulo (Década de 1990)	Qualitativo	Na década de 1990, os municípios paulistas recém-criados tenderiam a se concentrar nas áreas como os menores índices demográficos e econômicos, numa mudança na lógica emancipacionista.	---
Favero (2004)	Brasil (Década de 1990)	Qualitativo	A descentralização política no território brasileiro tem sido uma discussão latente desde o período colonial do Brasil.	---
Tomio (2005)	Estado do Rio Grande do Sul (Década de 1990)	Qualitativo	A liberdade de adoção de práticas referentes à prática tributária permeou a onda emancipacionista nos estados brasileiros.	---

Trabalhos	Delimitações Geográficas e Temporais	Metodologias	Principais evidências	Variáveis
Causas (Estrutura federativa, flexibilidade constitucional e motivações para a descentralização)				
Monasterio (2013)	Brasil (2010)	Qualitativo e quantitativo (LOWESS)	O estudo concentrado em municípios de até 50 mil habitantes revela a concentração maior de estímulos à transição de faixas populacionais pelo aumento em magnitude das transferências.	Dados populacionais e faixas de transferências intergovernamentais.
Cigolini e Matiolo (2014)	Brasil (1980-2010)	Qualitativo	A nova legislação sugere assegurar estabilidade no quadro territorial brasileiro, no que diz respeito a malha municipal.	---
Polliti (2014)	Brasil (2010)	Qualitativo e quantitativo (Distribuição amostral)	Os municípios do grupo de maiores receptores de FPM apresentam cerca de 35% do total de hiato fiscal entre municípios brasileiros, enquanto os menores receptores são responsáveis por apenas 15% da distribuição acumulada do hiato.	Dados populacionais, índices socioeconômicos e faixas de transferências intergovernamentais.
Avezani (2014)	Brasil (2000-2010)	Qualitativo e quantitativo (RDD)	A possível manipulação da variável <i>forcing</i> introduz riscos de viés no estimador. Supondo-se que as estimativas populacionais distorcidas estejam associadas a municípios mais corruptos e desiguais, o estimador RDD tenderia a superestimar/subestimar a concentração de renda causada pelo FPM.	Faixas do FPM, indicadores de desigualdade interpessoal da renda (Gini e o L de Theil) e a razão de renda 10/40.
Mueller, Riedl e Ramos (2014)	Rio Grande do Sul (1995)	Qualitativo	As motivações emancipacionistas consideram tanto a realidade atual quanto as perspectivas futuras, afetando a percepção popular quanto às perspectivas de desenvolvimento pessoal e que assim, onde haja mais possibilidades de desenvolvimento pessoal, menor será a tendência de ocorrerem emigrações.	---
Fernandes e de Araújo (2015)	Brasil (1988-2014)	Qualitativo	Um dos maiores problemas enfrentados na federação brasileira é a autonomia municipal devido à baixa capacidade fiscal, financeira e institucional dos governos locais para absorver e dar conta de todas as suas funções constitucionais, inclusive a política urbana.	---

Trabalhos	Delimitações Geográficas e Temporais	Metodologias	Principais evidências	Variáveis
Causas (Estrutura federativa, flexibilidade constitucional e motivações para a descentralização)				
Massardi e Abrantes (2015)	Estado de Minas Gerais (2004-2009)	Qualitativo	Desorganização da estrutura administrativa dos pequenos municípios indicam capacidade de arrecadação proporcional ao nível de atividade econômica, mas que não é efetivamente explorada.	---
Nunes (2017)	Brasil (1988-2016)	Qualitativo	O aumento exponencial de municípios entre a década de 1940 e os dias atuais denotam recorrente interesse por partes dos governos nas três esferas para o manejo mais adequados dos surtos emancipatórios.	---
Cigolini (2017)	Brasil (1990-2010)	Qualitativo	A criação de municípios pode ser decorrente da busca do espaço político, interesse de grupos hegemônicos ou das elites, a oportunidade do desenvolvimento, da redistribuição da renda pública ou da elevada extensão territorial e da falta de serviços públicos. Num exercício da democracia e da cidadania.	---
Maia Júnior (2017)	Brasil (1988-2017)	Qualitativo	O impasse jurídico no tema da criação de municípios no Brasil se dá pela omissão estatal que abre uma lacuna na CF, abrindo margem para as consequências de um sistema de divisão territorial que beneficia a uns ao mesmo tempo que prejudica outros.	---
Cigolini e Matiolo (2019)	Brasil (1998-2017)	Qualitativo	Meios de comunicação têm relevância nos processos de formação política, porém, não exprimem todas as visões e posicionamentos presentes na sociedade, comprometendo a representação dos anseios dos grupos menores.	---

Fonte: Elaboração Própria a partir dos trabalhos citados no quadro.

Para Tomio (2002), este foi um dos mecanismos institucionais que gerou as condições propícias para a última onda emancipacionista e, em grande parte, determinou o seu ritmo, mas que foi diferente entre os estados em função de suas regulações específicas. Somente com a Ementa Constitucional nº 15 de 1996, houve uma restrição mais forte à criação de municípios, reorganizando os papéis decisórios em favor de uma maior concentração de poderes na União.

Nessa linha, segundo Cigolini (2012), quando se trata da compartimentação do território, os aspectos fundamentais a serem levados em conta são os mecanismos político-institucionais no processo emancipacionista, que são de três tipos, cada um deles com suas especificidades: a) delimitadores (federais, estaduais e municipais); b) estimuladores (leis que regulamenta as transferências de recursos aos municípios, como os fundos federais e estaduais de transferências intergovernamentais); e os processuais (Constituição Federal, legislações federais e estaduais e regimentos internos das assembleias legislativas).

Como estimuladores, estão as já apontadas transferências intergovernamentais. Conforme Gomes (2009), o principal objetivo destas é a redução de desequilíbrios fiscais horizontal (provisão de serviços públicos é oferecida de forma heterogênea no espaço geográfico de um país) e vertical (insuficiência financeira resultante da diferença entre a capacidade tributária de um ente público e a necessidade de gastos), buscando compatibilizar receitas e despesas atribuídas aos governos subnacionais. A mais importante transferência brasileira se dá da União aos municípios, por meio do também já apontado FPM, formado por percentuais das receitas do IR e do IPI. Monasterio (2013) detalha o FPM, o que foge do escopo desta monografia. Cabe apontar somente que a distribuição do FPM privilegia, em termos de recursos recebidos *per capita*, os menores municípios.

Isto fez com que um distrito recebesse mais recursos do FPM quando emancipado, o que motivou a criação de municípios, o que é apontado em vários dos trabalhos revisados (Quadro 1) como o principal determinante da última grande fase de criação de municípios brasileiros. O papel do FPM é realçado pelo fato de que mais de 90% das emancipações nos anos 1980 e 1990 resultaram em micro – até 5 mil habitantes – e pequenos municípios – até 20 mil habitantes (GOMES; MAC DOWELL, 2000), conforme pode ser constatado pelos dados da Tabela 2.

Na mesma tabela, observa-se que os micro e pequenos municípios criados no período correspondem a parcelas significativas do total de municípios destes portes existentes hoje – no caso dos municípios de até 5 mil habitantes, mais de 58%. Conseqüentemente, 22,5% dos atuais

5.570 municípios possuem menos de 5 mil habitantes, 21,53% têm de 5 mil a 10 mil habitantes, 24,13% têm entre 10 mil e 20 mil habitantes e 26,04% entre 20 mil e 100 mil. Os municípios grandes (mais de 100 mil habitantes) representam apenas 5,80% dos municípios brasileiros.

Tabela 2 - Brasil: municípios criados após 1984, segundo faixas de população e regiões

Faixas de População (Hab.)	NE	N	CO	S	SE	Brasil		
	Municípios criados a partir de 1984					Total	% Criados/Total	
Até 5 mil	146	97	80	296	116	735	1.253	58,66%
5 a 10 mil	107	49	30	87	87	360	1.199	30,03%
10 a 20 mil	125	42	19	19	29	234	1.344	17,41%
20 a 50 mil	21	18	6	2	14	61	1.101	5,54%
50 a 100 mil	2	3	3	1	2	11	349	3,15%
100 a 500 mil	1	0	0	0	3	4	276	1,45%
500 a 1.000 mil	---	---	---	---	---	---	31	---
Acima de 1.000 mil hab.	---	---	---	---	---	---	16	---
Total	402	209	138	405	251	1.405	5.569	---

Fontes Adaptado de Gomes e Mac Dowel (2000).

Nota: Hab. – habitantes; N – Norte; NE – Nordeste, CO – Centro-Oeste; S – Sul; SE – Sudeste.

Vale ressaltar que as transferências privilegiando os municípios menores não é algo ruim – mesmo considerando seus impactos adversos. Pode-se utilizar como fundamentação para este argumento a evidência de Palos (2006) de que há um pico de carência de serviços públicos nos municípios entre 5 mil e 20 mil habitantes, tendendo a melhorar a partir deste porte. Além disso, é justamente nos municípios com até 20 mil habitantes que também têm as maiores ineficiências dos gastos. Assim, pode-se defender os municípios de portes reduzidos como os alvos prioritários para o recebimento de maiores volumes das transferências intergovernamentais.

Por outro lado, Klerig, Kruegel e Stranz (2012) ponderam sobre a deficiência da gestão das finanças públicas nos municípios com maior população, de modo que os maiores, que tendem a apresentar vantagens expressivas de escala, com o tempo foram tendo aumento do contingente populacional, o que gerou diversos problemas, como: falta de segurança; desorganização do transportes e grande fluxo de veículos; luta contra as drogas; falta de emprego fruto do inchaço do mercado de trabalho; carências de habitação e saneamento básico pelo desenfreado avanço demográfico nas zonas periféricas; problemas e de poluição (fatores ambientais e sonora); e falta de espaço para práticas de esporte, lazer, cultura e de outros fatores de qualidade de vida.

Contrariamente ao esperado pela literatura, Sampaio de Sousa e Stosic (2005), utilizando uma Análise por Envoltória de Dados (DEA), sinalizam que os pequenos municípios tendem a ser menos eficientes do que as maiores. Destarte, uma das causas da ineficiência é a existência de potenciais economias de escala, ao excesso de gastos decorrentes de *royalties* substanciais e a subestimação da população das municipalidades devido à desconsideração das flutuações populacionais originadas no fluxo de turismo. Os autores ressaltam, contudo, que a ineficiência pode também decorrer fatores de exógenos e incontroláveis, como fatores naturais, climáticos, políticos, demográficos e socioeconômicos não levados em conta na análise de eficiência.

Por último, vale destacar que a literatura empírica associa as emancipações brasileiras nos anos 1980 e 1990, como *proxy* para maior descentralização, às possíveis vantagens de tal processo já comentadas, mas também às desvantagens. Nesse sentido, são apontadas como decorrências negativas: desequilíbrios horizontais devido ao FPM (municípios menores com maiores receitas *per capita*, mas responsáveis por ofertar serviços a um conjunto populacional pequeno); redistribuição de recursos, beneficiando os municípios menores, incentivando baixo esforço fiscal e desestimulando atividades econômicas; e captura de recursos públicos por governantes e burocratas em detrimento de gastos que beneficiam a população (COSSÍO, 1998; GOMES; MAC DOWELL, 2000; MENDES; ROCHA, 2003; MATTOS; PONCZECK, 2013).

3 – ESTRATÉGIAS EMPÍRICAS E DADOS

Para atingir os objetivos propostos na Introdução, são feitas estimações econométricas em painel com efeitos fixos³ – regressões por Mínimos Quadrados Ordinários com erros-padrão robustos e todas as variáveis em desvios em relação às suas respectivas médias para controlar os efeitos fixos. Para avaliar a melhor adequação deste método em comparação ao de efeitos aleatórios (Mínimos Quadrados Generalizados), são realizados testes de Hausmann para todas as estimações. Se a estatística do teste for significativa, os efeitos fixos são os mais adequados (GREENE, 2003; BALTAGI, 2005). Os modelos estimados baseiam-se na equação (1), sendo considerados os municípios brasileiros com dados anuais disponíveis entre 2003 e 2017.

$$I_{it} = \beta_0 + \beta_1 Y_{it} + \beta_2 X_{it} + T_t + \mu_i + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

sendo: I_{it} as variáveis dependentes referentes ao município i no ano t ($t = 2003, \dots, 2017$); β_0 a constante; Y_{it} vetor de variáveis explicativas de interesse; β_1 e os coeficientes associados às variáveis de interesse; X_{it} o vetor de covariadas (variáveis de controle); β_2 o vetor de coeficientes associados às covariadas; T_t um vetor de *dummies* anuais (efeitos fixos temporais) – 2003 como ano de comparação (*default*) –; μ_i os efeitos fixos e ε_{it} o termo errático.

As variáveis dependentes (I_{it}) são os seguintes indicadores fiscais municipais: i) Índices FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) Geral, de ii) Autonomia, iii) de Gastos com Pessoal, iv) de Investimentos e v) de Liquidez. Estes indicadores são calculados e disponibilizados Federação

³ Os modelos de regressão em painel baseiam-se em dados longitudinais. Estes consistem em observações sobre as mesmas unidades de corte transversal, ou individuais, em vários períodos. Gujarati e Porter (2011) apontam as vantagens de usar dados em painel. A começar que os dados em painel aumentam consideravelmente o tamanho da amostra. Seguindo, por se tratar de observações repetidas de corte transversal, são mais adequados para estudar a dinâmica da mudança ao longo do tempo. Permitem ainda modelar aspectos comportamentais mais complexos. Por exemplo, investigando os efeitos de políticas públicas quanto ao antes e depois. Outro ponto, geram maior acurácia, uma vez que podemos comparar os comportamentos dos agentes com de outros ao longo do tempo, dado circunstâncias semelhantes. Por fim, Baltagi (2005) aponta que uma outra vantagem relevante de regressão em painel é que diminui dificuldades inerentes às variáveis omitidas: por exemplo, a variação na renda média pode ser devida a características específica não observáveis. Em uma regressão convencional esse efeito estaria diluído na média; em dados em painel pode ser captado exclusivamente pelos coeficientes individuais;

das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). Além disso, são aqui calculados mais quatro indicadores com dados do banco Finanças do Brasil (FINBRA) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – em R\$ de 2003 pelo deflator implícito do Produto Interno Bruto (PIB): vi) Despesas Sociais *per capita*; vii) Despesas com *Overhead per capita*; viii) Receita Tributária *per capita* e ix) Resultado Fiscal.

Mendes (1998) elenca os quatro principais problemas para a baixa participação de receitas próprias dentro do orçamento do município: a) as diferenças entre o tamanho da economia local e o volume de recursos recebidos desestimulam o uso eficiente da capacidade tributária dos municípios; b) incentivos à despreocupação com a minimização de custos operacionais; c) eleva a receita governamental sem retirar da renda do contribuinte local, o que faz crescer o poder de barganha do governante; e d) as oscilações do total repassado pelas demais esferas de governo dificultam a programação das políticas públicas.

O *IFGF Autonomia* sinaliza, então, o grau de geração de receita própria dos municípios ou, em outras palavras, a capacidade de financiar a estrutura administrativa. Dessa forma, quanto mais próximo de um for o IFGF Autonomia do município, menor a dependência de transferências constitucionais e voluntárias de outros entes. O *IFGF Gastos com Pessoal* relaciona-se à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que limitou os gastos com pessoal em até 60% da receita corrente líquida (RCL)⁴.

Assim, afere o grau de rigidez do orçamento. Esta determinação da LRF decorreu do fato do gasto com pessoal ser uma despesa rígida e, assim, o comprometimento excessivo das receitas com esta implica em redução dos recursos para outros fins, afetando as políticas públicas. Quanto mais próximo da pontuação um, menor o comprometimento do orçamento com o funcionalismo municipal.

⁴ A RCL compreende o somatório das receitas correntes (tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências entre outras). Vale ressaltar que há algumas deduções no seu cálculo nas esferas da União, estados e municípios.

Quadro 2 - Variáveis dependentes (indicadores fiscais)

Indicadores	Cálculos	Descrições
IFGF Geral	$\begin{aligned} IFGF \text{ Geral} = & (0,25 \times IFGF \text{ Autonomia}) \\ & + (0,25 \times IFGF \text{ astos com Pessoal}) \\ & + (0,25 \times IFGF \text{ Liquidez}) \\ & + (0,25 \times Investimentos) \end{aligned}$	<ul style="list-style-type: none"> - até 0,4: gestão crítica; - de 0,4 a 0,6: gestão com dificuldade; - de 0,6 a 0,8: boa gestão; e - acima de 0,8: gestão de excelência.
IFGF Autonomia	$IFGF \text{ Autonomia} = \left(\frac{\text{Receita própria}}{\text{Receita corrente líquida}} \right)$	- quanto mais próximo de 1, maior a participação das receitas próprias no orçamento municipal; ou seja, maior a capacidade do município se sustentar
IFGF Gastos com Pessoal	$IFGF \text{ Gastos com pessoal} = \left(\frac{\text{Gasto com pessoal}}{\text{Receita corrente líquida}} \right)$	- quanto mais próximo de 1, maior o comprometimento dos gastos para o pagamento de pessoal em relação ao total da receita corrente líquida; portanto, é uma <i>proxy</i> para a rigidez orçamentária
IFGF Liquidez	$IFGF \text{ Liquidez} = \left(\frac{\text{Caixa} - \text{Restos a pagar}}{\text{Receita corrente líquida}} \right)$	- quanto mais próximo de 1, mais equitativa a relação entre o total de restos a pagar acumulados no ano e os recursos disponíveis em caixa para os cobrir no exercício seguinte; portanto, é uma <i>proxy</i> sobre gerência financeira.
IFGF Investimentos	$IFGF \text{ Investimentos} = \left(\frac{\text{Investimentos}}{\text{Receita total}} \right)$	- quanto mais próximo de 1, maior a parcela da receita total dos municípios destinada aos investimentos
Receita Própria <i>per capita</i>	- Somatório da arrecadação municipal com impostos, taxas e contribuições, dividido pela população	- <i>proxy</i> para o esforço fiscal

Indicadores	Cálculos	Descrições
Despesas Sociais <i>per capita</i>	- Somatório dos gastos com saúde, educação, cultura, saneamento básico, habitação, esporte, previdência e ciência e tecnologia, dividido pela população	- <i>proxy</i> para a preocupação em atender demandas sociais dos residentes
Despesas de <i>Overhead per capita</i>	- Somatório dos gastos administrativos, legislativos, judiciários e essenciais à justiça e à segurança, dividido pela população	- <i>proxy</i> para a captura de recursos públicos por governantes e burocracia
Resultado Fiscal	- Diferença entre as receitas totais e as despesas totais	- sinaliza se o município apresenta <i>déficit</i> (indicador negativo) ou <i>superávit</i> (indicador positivo) ou equilíbrio fiscal (indicador igual a zero)

Para o cálculo do *IFGF Liquidez*, caso o município inscreva mais restos a pagar do que recursos em caixa no ano em questão sua pontuação é zero. Atribui-se isto ao fato de que iniciar um ano com mais dívidas com fornecedores do que recursos em caixa é um problema que afeta a gerência financeira e a credibilidade do município. Portanto, quanto mais próximo de um, menos o município está postergando pagamentos para o exercício seguinte sem a devida cobertura, ou seja, sem a segurança de que ocorrerá o cumprimento das obrigações financeiras.

O *IFGF Investimentos*, por sua vez, mede a parcela dos investimentos nos orçamentos municipais – implicitamente, a capacidade de gerar bem-estar e competitividade. Na leitura dos resultados, quanto mais próximo de um, mais investimentos foram realizados pelas prefeituras. Ressalta-se que os investimentos são importantes ao crescimento/desenvolvimento econômico (KAZNAR, 1999; RESENDE *et alii*, 2005; CATAIA, 2007).

A classificação das despesas públicas segundo funções no Brasil é normatizada pela Lei nº 4.320 de 1964 e atualizada em 1999 por Portaria do Ministério do Orçamento (BRASIL, 1964, 1999). Considerando tal marco legal, as despesas municipais são discriminadas em 19 funções no FINBRA. Nesta monografia, optou-se por adotar a mesma classificação de Teixeira (2001), também em análises para o Brasil. Acredita-se que esta classificação, além de ser mais simples e direta, é adequada ao objetivo proposto. Assim sendo, são considerados as funções agregadas do Quadro 2: *Despesas Sociais per capita* e *Despesas de Overhead per capita*.

As últimas refletem os gastos canalizados a governantes ou burocracia; portanto, é uma *proxy* para a captura de recursos públicos derivada de ilusão fiscal – conforme a discussão feita no segundo capítulo baseada na literatura. Em contrapartida, as primeiras refletem gastos mais diretamente relacionados ao atendimento de demandas sociais dos residentes, tendendo a ser mais favorecidas pela descentralização fiscal (STRUMPF, 1998; SALOMÃO, SAIANI, 2019).

No segundo capítulo, também foi discutido que outra possível consequência da ilusão fiscal decorrente de transferências intergovernamentais é o relaxamento fiscal (baixo esforço). A *proxy* para avaliar a possibilidade de baixo esforço fiscal é a *Receita Própria per capita*. Por fim, a última variável dependente é o resultado fiscal, que aponta o *déficit* ou *superávit* fiscal.

A Tabela 3 lista as variáveis explicativas e apresenta suas estatísticas descritivas básicas para o período total de análise – assim como para as variáveis dependentes. A primeira variável explicativa de interesse para a presente monografia é a *dummy micromunicípios* (igual a um, se o município *i* possuir menos de 10 mil habitantes no ano *t*, e a zero, caso contrário). Esta *dummy*

sinaliza se os indicadores fiscais dos micro municípios são estatisticamente diferentes aos dos municípios com mais de 10 mil habitantes. Ou seja, municípios pequenos que são alvos de questionamentos, motivando discussões e propostas, como a da PEC discutida anteriormente.

A segunda variável explicativa de interesse é a *População* – por mil habitantes para evitar disparidades que seriam denotadas ao utilizar-se a população propriamente dita e distorceriam as inferências das estimações frente a outras variáveis. A população busca captar se o número de residentes influencia o comportamento fiscal, o que está diretamente relacionado à questão atrelada à PEC. Pela terceira variável explicativa de interesse, a *idade* do município, o intuito é averiguar o efeito que o tempo de “maturação” do município exerce nos indicadores fiscais. O primeiro fundamento para a idade é a existência de indícios de comportamentos fiscais distintos em municípios recém-emancipados (SALOMÃO; SAIANI, 2019); o segundo é um paralelo à discussão “novas” *versus* “velhas” democracias, na qual o aprendizado no tempo do eleitorado em relação ao controle social inibiria o oportunismo fiscal (VICENTE; NASCIMENTO, 2012).

Tabela 3 - Variáveis utilizadas nas estimações

Variáveis		Médias	Desvios-Padrão	Mínimos	Máximos
Dependentes	IFGF Geral	0,45	0,20	0,00	1,00
	IFGF Autonomia	0,37	0,39	0,00	1,00
	IFGF Gastos com Pessoal	0,42	0,32	0,00	1,00
	IFGF Investimentos	0,5	0,28	0,00	1,00
	IFGF Liquidez	0,49	0,33	0,00	1,00
	Receita Própria <i>per capita</i>	98,38	170,77	-1,139	167.59,88
	Despesa Social <i>per capita</i>	2.008,262	1.179,8	0,00	198.692,7
	Despesa com <i>Overhead per capita</i>	590,62	500,03	-207,99	594.55,68
	Resultado Fiscal	945,3	1.125,63	-16.348,78	222.266
Explicativas de Interesse	Micromunicípios	0,23	0,42	0,00	1,00
	População (em milhares de habitantes)	34,75	206,71	0,804	12.106,92
	Idade	67,87	66,00	1532	2013,00
Explicativas de Controle	Receitas de Transferências <i>per capita</i>	2.765,82	1.905,53	0,00	25.199,00
	PIB <i>per capita</i> (em R\$ milhares de 2017)	21,03	24,13	-2,124	1.130,89
	Jovens	0,26	0,06	0,025	1,69
	Idosos	0,11	0,36	0,058	0,426
	Ensino Médio	0,53	0,17	0,00	1,00

Fontes: FIRJAN, IBGE, IPEA, RAIS. Elaboração própria.

As receitas de transferências *per capita* correspondem à primeira variável explicativa de controle. Esta é justificada pelos aspectos discutidos no segundo capítulo: terem influenciado a criação de municípios e existir evidências de que, ao gerarem ilusão fiscal, condicionam as despesas e o esforço fiscal. As demais variáveis de controle são fundamentadas por indícios de que podem afetar o comportamento fiscal (MENDES; ROCHA, 2003). O *PIB per capita* (R\$ milhares) é a *proxy* para o nível de atividade econômica, que influencia a arrecadação tributária.

As variáveis *Jovens* (razão de jovens com até 14 anos na população), *Idosos* (razão de idosos com mais de 60 anos na população) e *Ensino Médio* (razão dos vínculos empregatícios com ensino médio ou formação maior no número total de vínculos) controlam os prováveis impactos socioeconômicos nos indicadores fiscais. Por último, as *dummies* anuais controlam efeitos de atributos fixos entre os municípios e variantes no tempo (efeitos fixos temporais).

Por fim, cabe ressaltar que, no próximo capítulo, antes de apresentar os resultados das estimações econométricas, são realizadas algumas análises descritivas para as variáveis fiscais, segundo portes de municípios (populações). Com isso, são traçadas algumas evidências médias iniciais para depois, com as regressões em painel, investigar se permanecem condicionadas a outras variáveis – ou seja, às variáveis explicativas de interesse e controle da Tabela 2.

4 – EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

4.1 Análises descritivas

Nessa seção, são realizadas algumas análises descritivas (médias de 2013 a 2017) para as variáveis fiscais segundo portes municipais (faixas de população) – e regiões geográficas. Na Tabela 4, tem-se disposto os dados referentes ao IFGF Geral. Observa-se que os municípios de até 10 mil habitantes possuem os menores IFGF Gerais médios, o que sinaliza piores situações fiscais. Isto ocorre tanto para o Brasil como um todo como para as suas regiões geográficas.

Considerando o Quadro 2, em todos os recortes geográficos, por este indicador a gestão fiscal, na média, os municípios de até 10 mil habitantes podem ser classificados como de gestão crítica (até 0,4) ou com dificuldade (entre 0,4 e 0,6), sendo que as situações mais graves se localizam em regiões menos desenvolvidas do país (Norte e Nordeste) e as melhores na região Sul. Porém, levando em conta a média nacional, os municípios de maiores populações também têm um longo desafio pela frente no tocante ao equilíbrio sustentável das contas públicas.

Tabela 4 – IFGF Geral médio dos municípios brasileiros, segundo faixas de população e regiões

Região/ Porte	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Até 5000 hab.	0,44	0,32	0,39	0,56	0,44	0,45
Entre 5.000 e 10.000 hab.	0,43	0,30	0,44	0,58	0,52	0,44
Entre 10.000 e 20.000 hab.	0,38	0,30	0,48	0,61	0,53	0,43
Entre 20.000 e 50.000 hab.	0,34	0,28	0,53	0,63	0,57	0,43
Entre 50.000 e 100.000 hab.	0,35	0,33	0,55	0,62	0,60	0,47
Entre 100.000 e 500.000 hab.	0,51	0,42	0,61	0,62	0,64	0,57
Entre 500.000 e 1.000.000 hab.	0,63	0,59	0,61	0,60	0,66	0,61
Acima de 1.000.000 hab.	0,75	0,66	0,66	0,64	0,48	0,66

Fontes: Firjan e IBGE. Elaboração própria. Hab.: habitantes.

A Tabela 5 expõe os valores médios municipais do IFGF Autonomia segundo populações e regiões geográficas. Conforme apontado no Quadro 2, quanto mais próximo de 1 for este indicador, maior a participação das receitas próprias no orçamento municipal; ou seja, maior a capacidade do município se sustentar. Assim, menores valores correspondem a situações piores. Nota-se que, em geral, há uma disparidade expressiva entre os municípios das regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste para com as regiões Norte e Nordeste. Sobretudo, quando considerados os

municípios enquadrados nas menores faixas populacionais, que têm maior representatividade no total, conforme discutido anteriormente. A situação é ainda pior nos municípios de até 10 mil habitantes. Logo, a inferência principal deste indicador é que as menores municipalidades não geram receita suficiente para a manutenção da estrutura administrativa; ou seja, são bastante dependentes de transferências de recursos originados, ao menos em parte, em outros locais.

Logo, a inferência principal deste indicador é que as menores municipalidades não geram receita suficiente para a manutenção da estrutura administrativa; ou seja, são bastante dependentes de transferências de recursos originados, ao menos em parte, em outros locais.

Tabela 5 - IFGF Autonomia médio dos municípios brasileiros, segundo faixas de população e regiões (2013 a 2017)

Região/ Porte	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Até 5000 hab.	0,05	0,01	0,20	0,37	0,22	0,22
Entre 5.000 e 10.000 hab.	0,17	0,03	0,41	0,59	0,51	0,34
Entre 10.000 e 20.000 hab.	0,19	0,05	0,51	0,74	0,58	0,34
Entre 20.000 e 50.000 hab.	0,17	0,10	0,70	0,84	0,70	0,43
Entre 50.000 e 100.000 hab.	0,26	0,26	0,86	0,89	0,77	0,58
Entre 100.000 e 500.000 hab.	0,54	0,47	0,89	0,90	0,78	0,78
Entre 500.000 e 1.000.000 hab.	0,82	0,98	0,99	1,00	0,88	0,96
Acima de 1.000.000 hab.	1,00	0,92	0,99	1,00	1,00	0,97

Fontes: Firjan e IBGE. Elaboração própria. Hab.: habitantes.

A Tabela 6 reporta os valores médios municipais do IFGF Gastos com Pessoal segundo populações e regiões geográficas. Relembrando o apontado no Quadro 2, quanto mais próximo de 1, maior o comprometimento dos gastos para o pagamento de pessoal em relação ao total da receita corrente líquida; portanto, é uma *proxy* para a rigidez orçamentária, o que pode afetar a realização de investimentos que incentivem o crescimento/desenvolvimento econômico.

Nota-se que, neste indicador, a situação média dos municípios de até 10 mil habitantes não é muito distinta do geral das demais faixas populacionais – é claro, há exceções. Em termos regionais, os menores municípios das regiões Centro-Oeste e do Sul são os que estão mais próximos, na média, do limite definido na LRF de 60% da receita corrente líquida com gastos com pessoal.

Em seguida, a Tabela 7 permite avaliar, com o IFGF Liquidez, a relação entre o total de restos a pagar acumulados no ano e os recursos em caixa disponíveis para os cobrir no ano seguinte. Ou seja, quanto mais próximo de 1, melhor a gestão financeira do município. Verifica-se que os micromunicípios (até 10 mil habitantes) tendem a apresentar maior comprometimento

das receitas de um ano com pagamento de despesas não liquidadas no ano anterior, em especial os das regiões Nordeste e Sudeste. Ou seja, é menos equitativa a relação entre o total de restos a pagar de um ano e os recursos disponíveis em caixa para os cobrir no exercício seguinte. Esta é uma evidência de problemas gerenciais que afeta a execução de políticas socioeconômicas.

Tabela 6 - IFGF Gastos com Pessoal médio dos municípios brasileiros, segundo faixas de população e regiões (2013 a 2017)

Região/ Porte	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Até 5000 hab.	0,55	0,41	0,45	0,62	0,62	0,49
Entre 5.000 e 10.000 hab.	0,05	0,41	0,42	0,61	0,65	0,04
Entre 10.000 e 20.000 hab.	0,46	0,41	0,49	0,57	0,70	0,38
Entre 20.000 e 50.000 hab.	0,45	0,37	0,51	0,61	0,74	0,37
Entre 50.000 e 100.000 hab.	0,40	0,42	0,41	0,57	0,07	0,40
Entre 100.000 e 500.000 hab.	0,53	0,48	0,48	0,56	0,81	0,53
Entre 500.000 e 1.000.000 hab.	0,90	0,42	0,40	0,42	0,63	0,62
Acima de 1.000.000 hab.	0,56	0,66	0,41	0,40	0,18	0,42

Fontes: Firjan e IBGE. Elaboração própria. Hab.: habitantes.

Tabela 7 - IFGF Liquidez médio dos municípios brasileiros, segundo faixas de população e regiões

Região/ Porte	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Até 5000 hab.	0,54	0,41	0,45	0,62	0,62	0,53
Entre 5.000 e 10.000 hab.	0,53	0,41	0,42	0,61	0,65	0,49
Entre 10.000 e 20.000 hab.	0,46	0,41	0,49	0,57	0,70	0,48
Entre 20.000 e 50.000 hab.	0,45	0,37	0,51	0,61	0,74	0,48
Entre 50.000 e 100.000 hab.	0,40	0,42	0,41	0,57	0,74	0,46
Entre 100.000 e 500.000 hab.	0,53	0,48	0,48	0,56	0,81	0,52
Entre 500.000 e 1.000.000 hab.	0,90	0,42	0,40	0,42	0,63	0,46
Acima de 1.000.000 hab.	0,56	0,66	0,41	0,40	0,18	0,49

Fontes: Firjan e IBGE. Elaboração própria. Hab.: habitantes.

O que se representa na Tabela 8, com o IFGF Investimentos, é a parcela da receita total dos municípios destinada aos investimentos, que geram benefícios à economia e população em geral. Conforme o Quadro 2, quanto mais próximo de 1, maior a parcela da receita total dos municípios destinada aos investimentos. Neste quesito, não é possível destacar negativamente os municípios de até 10 mil habitantes, pois apresentam indicadores até superiores aos baixos investimentos de parte expressiva das municipalidades brasileiras e por regiões, o que reflete um alto comprometimento relativo das receitas municipais com gastos públicos de custeio.

Já na Tabela 9, são apontadas as receitas próprias *per capita* médias; ou seja, a *proxy* para o esforço fiscal – capacidade de geração própria de receita e/ou o quanto as municipalidades conseguem ter de efetividade na exploração da base tributária local. Como a literatura revisada

sugere, quando comparados em termos *per capita*, independente da região, vê-se uma baixa angariação tributária dos municípios de até 10mil habitantes, com valores inferiores aos demais.

Tabela 8 - IFGF Investimentos médio dos municípios brasileiros, segundo faixas de população e regiões

Região/ Porte	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Até 5000 hab.	0,60	0,50	0,48	0,64	0,46	0,55
Entre 5.000 e 10.000 hab.	0,59	0,48	0,51	0,59	0,48	0,52
Entre 10.000 e 20.000 hab.	0,54	0,48	0,48	0,58	0,46	0,50
Entre 20.000 e 50.000 hab.	0,50	0,42	0,42	0,50	0,45	0,44
Entre 50.000 e 100.000 hab.	0,52	0,43	0,37	0,46	0,48	0,43
Entre 100.000 e 500.000 hab.	0,56	0,42	0,42	0,40	0,52	0,43
Entre 500.000 e 1.000.000 hab.	0,38	0,42	0,38	0,23	0,60	0,41
Acima de 1.000.000 hab.	0,72	0,40	0,49	0,39	0,20	0,46

Fontes: Firjan e IBGE. Elaboração própria. Hab.: habitantes.

Tabela 9 - Receita Própria per capita média dos municípios brasileiros (em Reais de 2017), segundo faixas de população e regiões (2013 a 2017)

Região/ Porte	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Até 5000 hab.	150,88	69,65	156,39	143,75	206,69	141,61
Entre 5.000 e 10.000 hab.	150,48	60,47	157,18	153,90	212,19	132,62
Entre 10.000 e 20.000 hab.	946,78	65,77	161,53	203,49	206,95	127,38
Entre 20.000 e 50.000 hab.	106,08	80,65	256,68	280,63	224,67	171,99
Entre 50.000 e 100.000 hab.	137,73	111,10	396,17	292,45	259,85	244,03
Entre 100.000 e 500.000 hab.	221,40	171,29	530,26	426,38	280,64	406,55
Entre 500.000 e 1.000.000 hab.	224,35	354,92	593,21	534,40	532,11	502,18
Acima de 1.000.000 hab.	381,54	529,43	101,27	101,79	719,45	776,81

Fontes: IBGE e SICONFI. Elaboração própria. Hab.: habitantes.

Pela Tabela 10, verifica-se que as despesas sociais *per capita* médias apresentam um comportamento em que, a princípio, tendem a decrescer com a população, mas depois da faixa acima dos 100 mil habitantes, passam a crescer com a população. Porém, em quase nenhuma faixa a média destes gastos é superior às observadas nos municípios de até 10 mil habitantes. Logo, os micro municípios gastam mais *per capita* com funções representativas de demandas sociais dos residentes, o que pode sinalizar a maior proximidade dos eleitores e governantes discutida anteriormente, que é tradicionalmente apontada como vantagem da descentralização.

Na Tabela 11, as despesas com *overhead* média têm tendência decrescente constante, com algumas exceções, à medida que aumenta a faixa populacional. Os municípios com população

superior a 1 milhão de habitantes chegam a gastar apenas um terço, em média, frente aos gastos aos quais os municípios de pequeno porte incorrem. Esta é uma sinalização de uma relativa má qualidade dos gastos nos micro municípios, pois as despesas de *overhead* são consideradas na literatura revisada como *proxy* para a captura de recursos públicos por governantes e burocratas.

Tabela 10 - Despesa Social per capita média dos municípios brasileiros (em Reais de 2017), segundo faixas de população e regiões (2013 a 2017)

Região/ Porte	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Até 5000 hab.	2.409,93	2.473,31	2.968,79	2.701,34	2.864,63	2.740,13
Entre 5.000 e 10.000 hab.	1.916,16	1.771,86	2.056,42	1.808,37	2.210,81	1.920,41
Entre 10.000 e 20.000 hab.	1.519,91	1.654,31	1.916,53	1.692,28	1.934,63	1.742,33
Entre 20.000 e 50.000 hab.	1.421,40	1.510,86	1.993,20	1.663,97	1.823,79	1.682,65
Entre 50.000 e 100.000 hab.	1.490,25	1.414,63	2.100,90	1.583,54	1.807,52	1.693,00
Entre 100.000 e 500.000 hab.	1.552,21	1.413,46	2.128,79	1.718,59	1.727,27	1.852,23
Entre 500.000 e 1.000.000 hab.	1.262,75	1.546,80	2.055,04	2.223,69	2.058,91	1.890,62
Acima de 1.000.000 hab.	1.457,61	1.576,40	2.423,20	2.955,21	1.983,28	2.108,52

Fontes: IBGE e SICONFI. Elaboração própria. Hab.: habitantes.

Tabela 11 - Despesa de Overhead per capita média dos municípios brasileiros (em Reais de 2017), segundo faixas de população e regiões (2013 a 2017)

Região/ Porte	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Até 5000 hab.	934,97	818,78	952,98	1.042,97	1.216,47	987,01
Entre 5.000 e 10.000 hab.	613,60	487,48	568,74	584,78	744,64	567,00
Entre 10.000 e 20.000 hab.	471,97	384,18	500,11	450,97	574,84	447,36
Entre 20.000 e 50.000 hab.	360,65	339,57	492,37	452,44	495,06	411,99
Entre 50.000 e 100.000 hab.	358,39	303,17	493,90	385,74	419,36	390,66
Entre 100.000 e 500.000 hab.	357,06	377,25	521,88	460,00	369,23	462,45
Entre 500.000 e 1.000.000 hab.	262,98	329,86	401,30	299,25	405,92	371,39
Acima de 1.000.000 hab.	228,65	364,02	337,05	434,06	517,67	355,25

Fontes: IBGE e SICONFI. Elaboração própria. Hab.: habitantes.

Em seguida, a Tabela 12 apresenta o resultado fiscal, ou seja, a diferença entre receitas e despesas. Na média, em todas as faixas populacionais e regiões geográficas, os municípios são superavitários (valores positivos). Os municípios de até 5 mil habitantes apresentam, em todos os recortes, superávit médios superiores aos das demais faixas. Já os municípios de 5 mil a 10 mil habitantes, no geral, têm *superávits* inferiores apenas aos das maiores faixas populacionais.

Tabela 12 - Resultado fiscal per capita médio (em Reais de 2017), segundo faixas de população e regiões

Região/ Porte	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Até 5000 hab.	1.189,38	1.087,31	1.313,58	1.619,63	1.595,83	1.398,60
Entre 5.000 e 10.000 hab.	751,52	677,70	867,39	1.007,00	1.140,41	860,80
Entre 10.000 e 20.000 hab.	566,98	622,12	871,75	925,80	930,64	759,33
Entre 20.000 e 50.000 hab.	490,21	562,81	940,58	975,90	891,74	745,92
Entre 50.000 e 100.000 hab.	514,81	560,51	1.076,11	918,30	850,57	796,83
Entre 100.000 e 500.000 hab.	636,51	648,97	1.181,01	1.098,56	864,90	1.007,24
Entre 500.000 e 1.000.000 hab.	716,65	860,33	1.181,56	1.536,80	1.113,45	1.084,09
Acima de 1.000.000 hab.	817,54	979,43	1.428,67	2.008,17	1.262,32	1.294,39

Fontes: IBGE e SICONFI. Elaboração própria. Hab.: habitantes.

Concluindo, a Tabela 12 aponta algo que foi discutido na revisão da literatura: municípios menores recebem, em termos *per capita*, mais transferências intergovernamentais do que os demais. Há uma grande diferença entre os repasses *per capita* para as menores municipalidades e os repasses para as maiores, com destaque para a região Sul, na qual ocorreram diversos processos emancipacionistas após a Constituição Federal de 1988 – os pequenos municípios chegam a receber quase o triplo de transferências federais *per capita* frente aos maiores. Assim, as evidências das demais tabelas desta seção podem decorrer de efeitos das transferências e não necessariamente do tamanho dos municípios. Por isso, é importante comparar os indícios das análises descritivas com os resultados das regressões a seguir, nas quais justamente é feito o controle pelas receitas de transferências para investigar impactos fiscais do porte municipal.

Assim, as evidências das demais tabelas desta seção podem decorrer de efeitos das transferências e não necessariamente do tamanho dos municípios. Por isso, é importante comparar os indícios das análises descritivas com os resultados das regressões a seguir, nas quais justamente é feito o controle pelas receitas de transferências para investigar impactos fiscais do porte municipal.

Tabela 13 - Receita de transferências per capita média dos municípios brasileiros (em Reais de 2017), segundo faixas de população e regiões (2013 a 2017)

Região/ Porte	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Até 5000 hab.	3.707,90	3.586,44	4.509,16	4.787,10	4.633,76	4.395,81
Entre 5.000 e 10.000 hab.	2.556,33	2.356,59	2.789,47	2.790,46	3.078,36	2.673,74
Entre 10.000 e 20.000 hab.	2.053,28	2.096,63	2.486,33	2.371,11	2.521,88	2.276,03
Entre 20.000 e 50.000 hab.	1.765,40	1.846,87	2.343,07	2.047,56	2.190,48	2.032,43
Entre 50.000 e 100.000 hab.	1.753,19	1.622,91	2.161,43	1.742,22	1.929,69	1.846,87
Entre 100.000 e 500.000 hab.	1.742,41	1.607,56	1.982,02	1.753,21	1.687,56	1.834,92
Entre 500.000 e 1.000.000 hab.	1.258,50	1.469,73	1.667,47	1.728,35	1.784,65	1.613,45
Acima de 1.000.000 hab.	1.358,94	1.375,63	1.558,03	1.634,41	1.608,28	1.496,33

Fontes: IBGE e SICONFI. Elaboração própria. Hab.: habitantes.

4.2 Análises dos resultados das estimações econométricas

Na sequência, são apresentados os resultados das estimações para o painel de municípios brasileiros com dados disponibilizados de 2013 a 2017. As análises enfatizam as variáveis de interesse para esta monografia: *dummy micro municípios* (até 10 mil habitantes), *população* e *idade* (do município). Para averiguar a robustez frente a possíveis multicolinearidade entre os controles, são realizadas estimações para sete especificações que se diferenciam justamente quanto ao conjunto de covariadas consideradas. Porém, a especificação de maior relevância é a “7”, por ser o modelo completo; ou seja, com todos os controles, em especial as receitas de transferências, que, conforme discussões anteriores, podem influenciar o comportamento fiscal dos municípios, como diferenças entre os portes, dado que, em termos *per capita*, privilegiam os menores, com grande participação de mais novos.

Primeiramente, cabe destacar que os testes de Hausman, no geral, sinalizam a melhor adequação das estimações por efeitos fixos em comparação aos efeitos aleatórios (estatísticas do teste significativas na maioria dos casos). Dado deste fato, são reportados e analisados apenas resultados de regressões com efeitos fixos. Na Tabela 1, tem-se os resultados para o *IFGF Geral* como variável dependente. Nota-se que há relações negativas e estatisticamente significativas na *especificação 7* para as três variáveis explicativas de interesse.

Assim, considerando o Quadro 2, quanto mais tempo desde a instalação do município (*idade*), menor o IFGF Geral; portanto, municípios mais novos têm melhor desempenho fiscal médio pelo índice geral da FIRJAN. As outras evidências são de que municipalidades pequenas – que estão no cerne da discussão da PEC do Pacto Federativo – possuem índice de gestão fiscal pior (*dummy micro município*), mas quanto maior a *população*, pior tende a ser a eficiência aferida pelo IFGF Geral.

Assim, a situação dos municípios de até 10 mil habitantes são relativamente piores neste aspecto, mas o aumento da população pode a piorar ainda mais. Pela *idade*, o possível maior aprendizado no tempo do eleitorado quanto ao controle social tende a não inibir o oportunismo fiscal nas dimensões agregadas do IFGF Geral.

Ainda em relação à idade do município, esta é a única variável de interesse associada a um efeito significativo no *IFGF Autonomia*, com sinal positivo, conforme pode ser observado na Tabela 15. Assim, quanto maior a idade do município, maior tende a ser a participação das

receitas próprias no orçamento municipal. Ou seja, talvez devido a um maior controle social e a uma maior experiência administrativa e fiscal local, municípios mais velhos apresentam, na média, maior capacidade de se sustentar com recursos próprios. Uma crítica que pode ser feita aqui, considerando as discussões já realizadas, é para os municípios mais jovens brasileiros, criados após a Constituição Federal de 1988, que não por um aspecto populacional – dado que a *população* é controlada – tendem a possuir, ao menos na média, menores autonomias fiscais.

Tabela 14 - Variável dependente IFGF Geral: estimações em painel com efeitos fixos

Variáveis / Especificações	IFGF Geral 1	IFGF Geral 2	IFGF Geral 3	IFGF Geral 4	IFGF Geral 5	IFGF Geral 6	IFGF Geral 7
Micro municípios	-0,0146 (0,0141)	-0,0167 (0,0143)	-0,0172 (0,0139)	-0,0181 (0,0136)	-0,0168 (0,0143)	-0,0174 (0,0139)	-0,0263* (0,0136)
População	-0,0009*** (0,0003)	-0,0007** (0,0003)	-0,0009*** (0,0003)				-0,0005* (0,0003)
Idade	-0,0115*** (0,0005)	-0,0104*** (0,0005)	-0,0584*** (0,0032)	-0,0118*** (0,0004)	-0,0105*** (0,0005)	-0,0583*** (0,0032)	-0,0448*** (0,0031)
PIB <i>per capita</i>		0,0003*** (0,0001)	0,0002*** (0,0001)		0,0003*** (0,0001)	0,0002*** (0,0001)	-0,0006*** (0,0001)
Jovens		-0,0287 (0,0417)	0,0879* (0,0466)		-0,0188 (0,0415)	0,0973** (0,0465)	-0,1647*** (0,0460)
Idosos		0,7151*** (0,0992)	-0,2923* (0,1659)		0,7272*** (0,0991)	-0,2650 (0,1656)	-0,3319** (0,1613)
Ensino Médio		-0,0419*** (0,0145)	-0,0344** (0,0142)		-0,0425*** (0,0145)	-0,0350** (0,0142)	-0,0206 (0,0138)
Receita Tributária <i>per capita</i>							0,0001*** (0,0000)
Receita de Transferências <i>per capita</i>							0,0001*** (0,0000)
Constante	1,3188*** (0,0340)	1,1690*** (0,0405)	4,8619*** (0,2492)	1,3148*** (0,0329)	1,1520*** (0,0398)	4,8182*** (0,2487)	3,7133*** (0,2455)
R ²	0,2345	0,2356	0,1791	0,2235	0,2358	0,1796	0,1133
Observações	2.567.800	2.535.500	2.535.500	2.655.700	2.535.500	2.535.500	2.535.000

Erros-padrão robustos entre parênteses. *** Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. * Significativo a 10%.

Tabela 15 - Variável dependente IFGF Autonomia: estimações em painel com efeitos fixos

Variáveis / Especificações	IFGF Autonomia 1	IFGF Autonomia 2	IFGF Autonomia 3	IFGF Autonomia 4	IFGF Autonomia 5	IFGF Autonomia 6	IFGF Autonomia 7
Micro municípios	0,0026 (0,0128)	0,0027 (0,0128)	0,0029 (0,0128)	0,0006 (0,0123)	0,0027 (0,0128)	0,0029 (0,0128)	0,0010 (0,0125)
População	0,0001 (0,0003)	0,0000 (0,0003)	0,0001 (0,0003)				0,0004 (0,0003)
Idade	0,0017*** (0,0004)	0,0018*** (0,0005)	0,0126*** (0,0029)	0,0019*** (0,0004)	0,0018*** (0,0005)	0,0126*** (0,0029)	0,0194*** (0,0029)
PIB <i>per capita</i>		-0,0001 (0,0001)	-0,0001 (0,0001)		-0,0001 (0,0001)	-0,0001 (0,0001)	-0,0005*** (0,0001)
Jovens		0,2155*** (0,0375)	0,1966*** (0,0428)		0,2149*** (0,0373)	0,1958*** (0,0427)	-0,0661 (0,0423)
Idosos		-0,9807*** (0,0892)	-0,7924*** (0,1526)		-0,9814*** (0,0891)	-0,7947*** (0,1523)	-0,7569*** (0,1483)
Ensino Médio		-0,0172 (0,0130)	-0,0196 (0,0130)		-0,0171 (0,0130)	-0,0196 (0,0130)	-0,0009 (0,0127)
Receita Tributária <i>per capita</i>							0,0002*** (0,0000)
Receita de Transferências <i>per capita</i>							0,0000*** (0,0000)
Constante	0,2445*** (0,0307)	0,3164*** (0,0364)	-0,5114** (0,2292)	0,2365*** (0,0298)	0,3175*** (0,0358)	-0,5078** (0,2287)	-1,0618*** (0,2258)
R ²	0,2742	0,2685	0,2655	0,2630	0,2685	0,2655	0,1945
Observações	2.567.800	2.535.500	2.535.500	2.655.700	2.535.500	2.535.500	2.535.000

Erros-padrão robustos entre parênteses. *** Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. * Significativo a 10%.

Tabela 16 - Variável dependente IFGF Gastos com Pessoal: estimações em painel com efeitos fixos

Variáveis / Especificações	IFGF Gastos com Pessoal 1	IFGF Gastos com Pessoal 2	IFGF Gastos com Pessoal 3	IFGF Gastos com Pessoal 4	IFGF Gastos com Pessoal 5	IFGF Gastos com Pessoal 6	IFGF Gastos com Pessoal 7
Micro municípios	-0,0062 (0,0295)	-0,0133 (0,0297)	-0,0127 (0,0291)	-0,0164 (0,0285)	-0,0135 (0,0297)	-0,0129 (0,0291)	-0,0340 (0,0285)
População	-0,0013** (0,0006)	-0,0010 (0,0006)	-0,0013** (0,0006)				-0,0008 (0,0006)
Idade	-0,0141*** (0,0010)	-0,0109*** (0,0011)	-0,1329*** (0,0067)	-0,0152*** (0,0009)	-0,0112*** (0,0011)	-0,1328*** (0,0067)	-0,1052*** (0,0066)
PIB <i>per capita</i>		0,0006*** (0,0002)	0,0006*** (0,0002)		0,0006*** (0,0002)	0,0006*** (0,0002)	-0,0011*** (0,0002)
Jovens		-0,1538* (0,0867)	0,2571*** (0,0973)		-0,1399 (0,0862)	0,2719*** (0,0971)	-0,1211 (0,0969)
Idosos		2,2422*** (0,2064)	-0,8318** (0,3467)		2,2591*** (0,2061)	-0,7886** (0,3461)	-0,9674*** (0,3395)
Ensino Médio		-0,0983*** (0,0301)	-0,0783*** (0,0296)		-0,0990*** (0,0301)	-0,0793*** (0,0296)	-0,0622** (0,0290)
Receita Tributária <i>per capita</i>							0,0002*** (0,0000)
Receita de Transferências <i>per capita</i>							0,0001*** (0,0000)
Constante	1,5039*** (0,0709)	1,0610*** (0,0842)	10,4739*** (0,5208)	1,5382*** (0,0688)	1,0372*** (0,0828)	10,4048*** (0,5198)	8,1136*** (0,5169)
R ²	-0,2605	-0,2571	-0,2106	-0,2485	-0,2572	-0,2109	-0,1601
Observações	2.567.800	2.535.500	2.535.500	2.655.700	2.535.500	2.535.500	2.535.000

Erros-padrão robustos entre parênteses. *** Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. * Significativo a 10%.

Tabela 17 - Variável dependente IFGF Liquidez: estimações em painel com efeitos fixos

Variáveis / Especificações	IFGF Liquidez 1	IFGF Liquidez 2	IFGF Liquidez 3	IFGF Liquidez 4	IFGF Liquidez 5	IFGF Liquidez 6	IFGF Liquidez 7
Micro municípios	-0,0358 (0,0298)	-0,0347 (0,0300)	-0,0394 (0,0295)	-0,0418 (0,0287)	-0,0351 (0,0300)	-0,0398 (0,0295)	-0,0500* (0,0294)
População	-0,0018*** (0,0007)	-0,0017*** (0,0007)	-0,0016** (0,0006)				-0,0013** (0,0006)
Idade	0,0132*** (0,0010)	0,0135*** (0,0011)	0,0012 (0,0067)	0,0132*** (0,0009)	0,0131*** (0,0011)	0,0014 (0,0067)	0,0151** (0,0068)
PIB <i>per capita</i>		0,0009*** (0,0002)	0,0009*** (0,0002)		0,0009*** (0,0002)	0,0009*** (0,0002)	0,0000 (0,0002)
Jovens		0,4593*** (0,0875)	0,0376 (0,0985)		0,4825*** (0,0871)	0,0553 (0,0983)	-0,1560 (0,0997)
Idosos		-2,1995*** (0,2085)	-0,2420 (0,3510)		-2,1713*** (0,2082)	-0,1903 (0,3504)	-0,3081 (0,3493)
Ensino Médio		-0,0476 (0,0304)	-0,0212 (0,0300)		-0,0489 (0,0304)	-0,0224 (0,0300)	-0,0127 (0,0298)
Receita Tributária <i>per capita</i>							0,0001*** (0,0000)
Receita de Transferências <i>per capita</i>							0,0001*** (0,0000)
Constante	-0,3979*** (0,0718)	-0,2508*** (0,0850)	0,5273 (0,5272)	-0,4639*** (0,0693)	-0,2905*** (0,0836)	0,4446 (0,5263)	-0,6539 (0,5318)
R ²	-0,2638	-0,2585	-0,2178	-0,2524	-0,2589	-0,2181	-0,2051
Observações	2.567.800	2.535.500	2.535.500	2.655.700	2.535.500	2.535.500	2.535.000

Erros-padrão robustos entre parênteses. *** Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. * Significativo a 10%.

Tabela 18 - Variável dependente IFGF Investimentos: estimações em painel com efeitos fixos

Variáveis / Especificações	IFGF Investimento 1	IFGF Investimento 2	IFGF Investimento 3	IFGF Investimento 4	IFGF Investimento 5	IFGF Investimento 6	IFGF Investimento 7
Micro municípios	-0,0189 (0,0300)	-0,0215 (0,0300)	-0,0195 (0,0290)	-0,0148 (0,0288)	-0,0216 (0,0300)	-0,0196 (0,0290)	-0,0224 (0,0290)
População	-0,0004 (0,0007)	-0,0002 (0,0007)	-0,0005 (0,0006)				-0,0003 (0,0006)
Idade	-0,0467*** (0,0010)	-0,0459*** (0,0011)	-0,1145*** (0,0066)	-0,0472*** (0,0009)	-0,0459*** (0,0011)	-0,1144*** (0,0066)	-0,1084*** (0,0067)
PIB <i>per capita</i>		-0,0003* (0,0002)	-0,0004** (0,0002)		-0,0003* (0,0002)	-0,0004** (0,0002)	-0,0007*** (0,0002)
Jovens		-0,6360*** (0,0877)	-0,1398 (0,0970)		-0,6327*** (0,0872)	-0,1341 (0,0967)	-0,3158*** (0,0984)
Idosos		3,7984*** (0,2088)	0,6969** (0,3453)		3,8023*** (0,2085)	0,7137** (0,3447)	0,7046** (0,3446)
Ensino Médio		-0,0046 (0,0305)	-0,0184 (0,0295)		-0,0048 (0,0305)	-0,0187 (0,0295)	-0,0067 (0,0294)
Receita Tributária <i>per capita</i>							0,0001*** (0,0000)
Receita de Transferências <i>per capita</i>							0,0000*** (0,0000)
Constante	3,9245*** (0,0721)	3,5493*** (0,0851)	8,9579*** (0,5188)	3,9485*** (0,0696)	3,5438*** (0,0837)	8,9311*** (0,5177)	8,4552*** (0,5247)
R ²	-0,1434	-0,1263	-0,0518	-0,1306	-0,1263	-0,0518	-0,0465
Observações	2.567.800	2.535.500	2.535.500	2.655.700	2.535.500	2.535.500	2.535.000

Erros-padrão robustos entre parênteses. *** Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. * Significativo a 10%.

Tabela 19 - Variável dependente Receita Própria per capita: estimações em painel com efeitos fixos

Variáveis / Especificações	Receita Própria 1	Receita Própria 2	Receita Própria 3	Receita Própria 4	Receita Própria 5	Receita Própria 6	Receita Própria 7
Micro municípios	79,103 (58,480)	50,912 (48,178)	75,775 (46,235)	46,566 (57,941)	45,785 (48,243)	69,421 (46,301)	0,9032 (46,260)
População	-0,8251*** (0,0652)	-0,7537*** (0,0533)	-0,7498*** (0,0512)				-0,6824*** (0,0512)
Idade	-1,7361*** (0,1425)	-5,1436*** (0,2461)	-8,0300*** (27,204)	-2,0819*** (0,1382)	-5,5375*** (0,2449)	-7,4846*** (27,242)	-5,1477* (27,181)
PIB <i>per capita</i>		1,3374*** (0,0496)	1,2535*** (0,0477)		1,3477*** (0,0496)	1,2640*** (0,0477)	0,8587*** (0,0520)
Jovens		-297,9447*** (243,619)	434,3631*** (274,963)		-299,4615*** (243,953)	428,1482*** (275,339)	406,0706*** (274,712)
Idosos		310,6483*** (435,295)	-548,3860*** (471,757)		347,7831*** (435,101)	-502,3517*** (471,410)	-685,2242*** (476,253)
Ensino Médio		66,405 (67,466)	-21,9738*** (64,938)		66,500 (67,560)	-21,7911*** (65,034)	-22,3726*** (64,781)
Receita de Transferências <i>per capita</i>							0,0222*** (0,0012)
Constante	308,4418*** (97,783)	550,2247*** (189,669)	689,4243*** (2033,761)	303,2545*** (96,116)	546,6020*** (189,913)	616,2061*** (2036,169)	440,0855** (2033,194)
R ²	0,0709	0,0539	0,0322	0,0716	0,0568	0,0293	0,0369
Observações	7.829.800	7.742.700	7.742.700	7.981.400	7.742.700	7.742.700	7.742.700

Erros-padrão robustos entre parênteses. *** Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. * Significativo a 10%.

Tabela 20 - Variável dependente Despesa Social per capita: estimações em painel com efeitos fixos

Variáveis / Especificações	Despesa Social 1	Despesa Social 2	Despesa Social 3	Despesa Social 4	Despesa Social 5	Despesa Social 6	Despesa Social 7
Micro municípios	216,8049*** (284,115)	157,8832*** (135,349)	174,7733*** (128,584)	213,9307*** (284,234)	156,3327*** (135,562)	172,6658*** (128,851)	21,6500** (102,011)
População	-3,0078*** (0,3167)	-2,2787*** (0,1499)	-2,4864*** (0,1423)				-0,5378*** (0,1130)
Idade	70,1204*** (0,6924)	43,8125*** (0,6915)	-119,7876*** (75,657)	68,1531*** (0,6783)	42,6216*** (0,6882)	-117,9788*** (75,810)	-50,8092*** (59,941)
PIB <i>per capita</i>		9,4882*** (0,1393)	8,9515*** (0,1326)		9,5193*** (0,1395)	8,9863*** (0,1328)	-0,5872*** (0,1149)
Jovens		-703,0976*** (684,413)	1330,8296*** (764,709)		-7,6835*** (685,502)	1310,2179*** (766,235)	440,7839*** (606,704)
Idosos		5851,4681*** (1,222,902)	2802,4701*** (1,312,018)		5963,7419*** (1,222,624)	2955,1303*** (1,311,876)	846,811 (1,051,723)
Ensino Médio		102,2471*** -189,543	66,957 -180,604		102,2737*** -189,847	72,994 -180,986	109,706 -142,866
Receita Tributária <i>per capita</i>							0,5990*** (0,0082)
Receita de Transferências <i>per capita</i>							0,4949*** (0,0026)
Constante	-2690,7481*** (475,051)	-1659,2680*** (532,836)	10340,4919*** (5,655,976)	-2673,2355*** (471,867)	-1670,2238*** (533,640)	10097,6799*** (5,666,232)	4376,8046*** (4,483,515)
R ²	0,0573	0,3847	0,4463	0,0539	0,3827	0,4439	0,6536
Observações	7.829.800	7.742.700	7.742.700	7.981.400	7.742.700	7.742.700	7.742.700

Erros-padrão robustos entre parênteses. *** Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. * Significativo a 10%.

Tabela 21 - Variável dependente Despesas de Overhead per capita: estimações em painel com efeitos fixos

Variáveis / Especificações	Despesas de Overhead 1	Despesas de Overhead 2	Despesas de Overhead 3	Despesas de Overhead 4	Despesas de Overhead 5	Despesas de Overhead 6	Despesas de Overhead 7
Micro municípios	82,2771*** (98,355)	63,0972*** (63,291)	65,9490*** (62,833)	83,5554*** (106,971)	62,6552*** (63,326)	65,3701*** (62,872)	12,9563** (57,039)
População	-0,8799*** (0,1096)	-0,6497*** (0,0701)	-0,6831*** (0,0695)				-0,0322 (0,0632)
Idade	8,3661*** (0,2397)	0,8487*** (0,3234)	7,9983** (36,970)	8,6189*** (0,2553)	0,5091 (0,3215)	8,4953** (36,991)	31,7042*** (33,516)
PIB <i>per capita</i>		4,0705*** (0,0651)	4,0207*** (0,0648)		4,0794*** (0,0652)	4,0302*** (0,0648)	0,7476*** (0,0643)
Jovens		-388,243 (320,040)	311,7711*** (373,675)		-401,318 (320,226)	306,1086*** (373,879)	177,870 (339,236)
Idosos		1672,8851*** (571,845)	1248,0342*** (641,119)		1704,8953*** (571,139)	1289,9736*** (640,121)	282,8974*** (588,067)
Ensino Médio		51,8550*** (88,633)	25,7625*** (88,252)		51,8626*** (88,685)	25,9284*** (88,311)	26,4591*** (79,883)
Receita Tributária <i>per capita</i>							0,1724*** (0,0046)
Receita de Transferências <i>per capita</i>							0,1721*** (0,0015)
Constante	29,7794* (164,453)	239,9160*** (249,161)	-3,347,161 (276,379)	-147,675 (177,586)	236,7924*** (249,285)	-4014,224 (276,479)	-2384,4377*** (250,694)
R ²	0,0582	0,0336	0,0503	0,0585	0,0324	0,0490	0,2220
Observações	7.829.800	7.742.700	7.742.700	7.981.400	7.742.700	7.742.700	7.742.700

Erros-padrão robustos entre parênteses. *** Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. * Significativo a 10%.

Tabela 22 - Variável dependente Resultado Fiscal per capita – superávit ou déficit: estimações em painel com efeitos fixos

Variáveis / Especificações	Resultado Fiscal 1	Resultado Fiscal 2	Resultado Fiscal 3	Resultado Fiscal 4	Resultado Fiscal 5	Resultado Fiscal 6	Resultado Fiscal 7
Micro municípios	83,4729*** (167,039)	210,370 (141,370)	22,7471* (136,486)	83,1789** (328,351)	201,664 (141,430)	215,359 (136,564)	-84,1749*** (126,187)
População	-1,8406*** (0,1862)	-1,2796*** (0,1565)	-1,4290*** (0,1510)				-0,1723 (0,1397)
Idade	51,0613*** (0,4071)	45,4366*** (0,7223)	-85,6338*** (80,307)	50,3771*** (0,7831)	44,7678*** (0,7179)	-84,5943*** (80,348)	-38,2060*** (74,147)
PIB <i>per capita</i>		12,4962*** (0,1455)	12,5031*** (0,1407)		12,5137*** (0,1455)	12,5231*** (0,1408)	5,9674*** (0,1422)
Jovens		1360,4805*** (714,859)	365,0095*** (811,701)		1357,9054*** (715,180)	353,1641*** (812,104)	-194,4500*** (750,492)
Idosos		4271,9350*** (1,277,307)	5304,6481*** (1,392,643)		4334,9821*** (1,275,560)	5392,3835*** (1,390,408)	3298,1158*** (1,300,983)
Ensino Médio		-120,6148*** (197,970)	-59,1356*** (191,699)		-120,5988*** (198,061)	-58,7875*** (191,816)	-59,6607*** (176,722)
Receita Tributária <i>per capita</i>							0,2638*** (0,0102)
Receita de Transferências <i>per capita</i>							0,3494*** (0,0032)
Constante	-2479,7138*** -279,310	-3161,0083*** -556,556	6699,2208*** -6,003,775	-2497,2348*** -544,694	-3167,1591*** -556,760	6559,6743*** -6,005,659	2597,9133*** -5,546,316
R ²	0,1166	0,2527	0,3055	-0,0181	0,2520	0,3046	0,4099
Observações	7,829,800	7,742,700	7,742,700	7,981,400	7,742,700	7,742,700	7,742,700

Erros-padrão robustos entre parênteses. *** Significativo a 1%. ** Significativo a 5%. * Significativo a 10%.

Em contrapartida, os resultados para a variável dependente *IFGF Gastos com Pessoal*, na Tabela 16, sinalizam que quanto maior a idade, na média, menores são as despesas com pessoal (coeficiente negativo e significativo na *especificação 7*). Considerando que este gasto é mais rígido e relativamente com menores impactos no crescimento/desenvolvimento econômico, além de serem sujeitos a manipulações eleitoreiras – tanto que são limitados pela LRF –, trata-se de um resultado favorável ao aprendizado do eleitorado como um inibidor do oportunismo fiscal. Ademais, não são observadas significâncias suficientes nas outras variáveis de interesse.

Por meio da Tabela 17, são apresentados os resultados para o *IFGF de Liquidez* como variável dependente. Neste caso, as três variáveis explicativas de interesse são associadas a coeficientes significativos. Lembrando o Quadro 2, quanto mais próximo do valor um, melhor é a situação financeira do município, dado que menos sua receita vigente está comprometida com restos a pagar – postergação de pagamento de despesas que pode comprometer as contas para a próximo ano fiscal ou gestão. Assim, o coeficiente negativo da *dummy micro municípios* sinaliza que municípios com menos de 10 mil habitantes, na média, possuem menor liquidez.

Este resultado é reforçado pelo sinal também negativo do coeficiente da *população* – ou seja, quanto menor a população, menor a liquidez. Já o coeficiente positivo associado à *idade* sugere que o tempo de “maturação” do município é benéfico, na média, em termos de liquidez. No caso do *IFGF Investimentos* como variável dependente, cujos resultados constam na Tabela 18, não há significância estatística associada às variáveis *micro município* e *população*. Assim, comparando com os resultados para o *IFGF Gastos com Pessoal* (Tabela 16), o porte do município não enrijece o orçamento municipal com despesas de custeio, mas também não influencia, na média, os investimentos.

Em relação à variável *idade*, os coeficientes negativos e significativos para os gastos com pessoal e os investimentos sugerem que quanto mais velho o município, menor tende a ser a rigidez orçamentária, mas isso não se reflete em investir mais. Ressalva-se que municípios mais consolidados podem demandar menores investimentos.

A Tabela 19 concentra-se nos resultados apurados relacionados à variável dependente *Receitas Própria per capita*. A *dummy* micro municipalidade não é significativa em nenhuma especificação. No entanto, as significâncias dos coeficientes da *idade* e da *população*, com sinais negativos, evidenciam que: municípios instalados a mais tempo e maiores tendem a ter

uma exploração mais tênue da sua base tributária; ou seja, um menor esforço fiscal. Para a idade, tal resultado reflete que o tempo de “maturação” do município não é benéfico em termos de reduzir oportunistas fiscais na cobrança de tributos.

Já os resultados para a população são contraditórios aos esperados considerando a literatura, em parte, anteriormente aqui revisada. Seguindo na tabela 20, a variável dependente é a *Despesa Social per capita*. Na *especificação 7*, as três variáveis explicativas de interesse são significativas. Iniciando as análises pela *idade*, em municípios instalados há mais tempo, na média, menores são os gastos sociais. Seguindo, a *dummy micro municípios*, com coeficiente positivo e significativo, revela que estes apresentam, na média, maior volume de gastos sociais. Contudo, se crescerem, tais gastos podem reduzir, pois a *população* também é associada a coeficiente negativo e significativo na *especificação 7*.

Os resultados relacionados às *Despesas de Overhead per capita* estão na Tabela 21. A população revela-se não significativa. Entretanto, a significância dos coeficientes da idade e micro municipalidades são positivos, indicando que municípios brasileiros com maior tempo de instalação incorrem num montante maior de gastos com *overhead*. Ou seja, neste caso, o tempo de “maturação” não é um inibidor do oportunismo fiscal – lembrando que se trata de uma *proxy* para a captura de recursos públicos por governantes e burocratas.

Por sua vez, o resultado para a *dummy micro municípios* corrobora uma das críticas centrais da PEC do Pacto Federativo; qual seja, que municípios pequenos gastam mais com *overhead*. Considerando a crítica a proporção destes municípios no total no Brasil, a ocorrência e magnitude de gastos desta natureza é um indicativo ruim para a sustentabilidade das finanças municipais brasileiras.

Por último, a Tabela 22 expõe os resultados para a variável dependente *Resultado Fiscal per capita* (*superávit, déficit* ou equilíbrio). Na *especificação 7*, a *população* não é significativa. Porém, os micro municípios apresentam, na média, piores resultados, o que é outro aspecto que pode ser utilizado como argumento para justificar uma proposta como a do PAC Federativo. Já o resultado para a *idade* (coeficiente negativo e significativo) revelam que municípios criados há mais tempo são dotadas, na média, de piores resultados fiscais. Ressalva-se que resultados piores não necessariamente são *déficits*, já que, na média, há sempre *superávits* (Tabela 11).

4.3 Síntese das evidências descritivas e econométricas

O Quadro 3 tem o intuito de compilar as evidências aqui obtidas referentes aos micro municípios. Primeiramente, cabe ressaltar que existem algumas diferenças entre as evidências das análises descritivas e os resultados econométricos. Portanto, é importante fazer avaliações condicionadas a variáveis de controle, principalmente, as receitas de transferências que, pela literatura revisada, influencia diversas dimensões relativas ao desempenho fiscal municipal.

Quadro 3 - Síntese das evidências para os municípios com até 10 mil habitantes

Indicadores Fiscais	Municípios de até 10 mil habitantes apresentam situações médias piores?	
	Análises Descritivas	Resultados das Regressões (especificação 7)
IFGF Geral	Sim	Sim
IFGF Autonomia	Sim	Não
IFGF Gastos com Pessoal	Não	Não
IFGF Liquidez	Sim	Sim
IFGF Investimentos	Não	Não
Receita Própria <i>per capita</i>	Sim	Não
Despesa Social <i>per capita</i>	Não	Não
Despesa de <i>Overhead per capita</i>	Sim	Sim
Resultado fiscal	Não	Sim

As evidências relativas ao IFGF Geral denotam uma preocupação a se ter com a trajetória fiscal das pequenas municipalidades brasileiras, dado que estas representam boa parte do todo. Assim, talvez não precisem ser extintos, mas é necessário um acompanhamento próximo dos gestores públicos para o cumprimento das regras fiscais.

Essa proposição é reforçada pelo IFGF Liquidez, dado que este indica o nível de comprometimento da receita municipal, o que impacta diretamente na sustentabilidade de investimentos públicos. Ademais, são mais fortes nos micro municípios os indícios de que os governantes e a burocracia capturam recursos públicos (proxy Despesas de *Overhead*); ou seja, elevam gastos menos produtivos no estímulo ao crescimento e desenvolvimento econômicos – embora, aparentemente, não prejudicando os gastos sociais.

Em relação ao resultado fiscal, pelas regressões em painel, os micro municípios (até 10 mil habitantes) teriam, na média, *superávits* inferiores aos observados nos demais. Contudo, vale destacar algo positivo: pelos resultados das regressões, no que se refere à arrecadação própria (IFGF Autonomia e Receita Própria *per capita*), na média, os micro municípios não apresentam desempenhos estatisticamente diferentes aos demais municípios. Esta evidência contrapõe justamente ao principal argumento da defesa do PEC do Pacto Federativo; qual seja, de que municípios menores teriam um menor esforço na arrecadação de sua base tributária.

Por último, o Quadro 4 resume as evidências aqui encontradas relativas à variável *idade* dos municípios, empregada para averiguar o efeito que o tempo de “maturação” do município exerce no desempenho fiscal. Pelos resultados, no geral, municípios “mais novos” apresentam desempenhos fiscais médios piores. Como grande parte dos micro municípios são oriundos de ciclos emancipatórios mais recentes, conforme discutido no segundo capítulo, porte e tempo de experiências de gestores e eleitores locais parecem interagir na influência do desempenho fiscal.

Quadro 4 - Síntese das evidências para a idade dos municípios

Indicadores Fiscais	Municípios criados há menos tempo apresentam situações médias piores? Resultados das Regressões (especificação 7)
IFGF Geral	Sim
IFGF Autonomia	Não
IFGF Gastos com Pessoal	Sim
IFGF Liquidez	Não
IFGF Investimentos	Sim
Receita Própria <i>per capita</i>	Sim
Despesa Social <i>per capita</i>	Sim
Despesa de <i>Overhead per capita</i>	Sim
Resultado fiscal	Sim

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro momento, foi definido o problema investigativo que regeu o prosseguimento do trabalho bem como o que buscamos elucidar – ou propiciar mais uma linha de discussão sobre o assunto – nos tópicos que pospõem a introdução. Desta forma, postulamos um breve contexto institucional no qual a PEC do Pacto Federativo se insere. Tendo assim, abordou-se as questões relativas à autonomia dos municípios enquanto entes federativos e, a distribuição de recursos entre as distintas esferas de governo.

Na sequência, o referencial é a seção na qual buscou-se retomar considerações que a literatura elenca sobre o processo de descentralização política e fiscal no Estado Brasileiro. Assim, temos contato com indagações que vão desde as principais motivações sociais e econômicas que conduziram anteriores ciclos – tanto de centralização quanto de descentralização – até a compreender o contexto institucional brasileiro em que eles estavam inseridos.

No geral, um dos pontos de virada que a Constituição de 1988 é de fato o caráter do federalismo municipal e o arcabouço de transformações socioinstitucionais que ocorreram nos municípios bem como nos estados brasileiros como um todo. Por conseguinte, pontuamos a natureza de receitas e despesas dos municípios no limiar do Federalismo fiscal, conferindo competências tributárias e obrigações de gasto público às esferas governamentais, intrinsecamente relacionados a descentralização econômica.

Já quanto a sustentabilidade financeira das pequenas municipalidades, foi feito um levantamento que partiu de entender o contexto em que estes foram instalados e assim compreender os traços históricos do federalismo brasileiro. Em outras palavras, qual foi a trajetória institucional que proporcionou que hoje, tenhamos o cenário em que um quarto dos municípios brasileiros correriam risco de serem incorporados. Assim sendo, a partir da compreensão das estimativas realizadas com distintos variáveis e indicadores, caminhamos para responder o problema investigativo aqui pontuando.

Destarte, algumas das mais relevantes evidências que obtemos através das regressões propostas são as seguintes. Há evidências de que a baixa exploração da carga tributária nos pequenos municípios interpõe às finanças tendo atribuída a esta assertiva o fato de que são estes

que recebem a maior parcela das receitas de transferências enquanto os recursos são originados nas municipalidades situadas nas maiores faixas populacionais.

Outros pontos elencados são que, a partir da síntese de evidências dos resultados auferidos nas regressões, verifica-se alguns contrapontos entre as inferências obtidas anteriormente nas análises descritivas. Ainda assim, não muda o fato de que no agregado, sintetizar resultados através das variáveis de controle para micro municípios e tempo de instalação revela pontos que concernem a trajetória da sustentabilidade fiscal destas municipalidades bem como sua capacidade de exploração da base tributária e a disponibilidade de investimentos públicos locais.

Estes fatos, isoladamente, não são um problema. O ponto é que, ao considerarmos outros aspectos dentro destas análises, em termos de orçamento e balanço das contas públicas, os efeitos são sentidos em distintas proporções. Tem-se evidências de que os municípios mais impactados pela conjectura do federalismo são os de porte entre 50 e 100 mil habitantes.

Para tanto, é observado que as hipóteses levantadas na literatura sobre o tema são corroboradas, em grande parte. Avalia-se que a descentralização política, principalmente em termos de porte (população) dos municípios, tem sim efeitos que interferem numa distribuição ineficiente de recursos e que, por conta do arcabouço institucional, beneficiam as pequenas municipalidades. É reforçado o que se aponta na literatura quanto ao que concerne sendo a indexação destas receitas ao custeio do aparato de administração pública e que é também corroborado pelas estimações.

Conclui-se, portanto, que a proposta de fusão de município levantada pela PEC do Pacto Federativo apresenta convergências para a tese de que pode garantir uma maior sustentabilidade fiscal dos municípios brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, J. R. R.; RAMUNDO, J. C. M.; ARAÚJO, E. A. **Breves notas sobre o Federalismo Fiscal no Brasil**. Textos para Discussão do BNDES, 1998.
- ALESINA, Alberto; SPOLARE, Enrico. **On the Number and Size of Nations**. The Quarterly Journal of Economics, vol. 112, no. 4, 1997, pp. 1027–56.
- ALVES, A. C. (2011). **O processo de criação de municípios no Paraná: as instituições e a relação entre executivo e legislativo pós 1988**. Revista Paranaense De Desenvolvimento - RPD, (111), 47–71.
- ANGRIST, J. D.; PISCHKE, J. S. **Mostly harmless econometrics: an empiricist's companion**. Princeton University Press, 2009.
- AVEZANI, Felipe José Cardoso; LEHMANN, Michael Christian. **Impacto das Transferências Intergovernamentais sobre a desigualdade intramunicipal no Brasil: Um exercício utilizando RDD**. 2014. 83 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- BALTAGI, B. **Econometric analysis of panel data**. Third Edition. John Wiley & Sons. 2005, Chapters 1-4.
- BRASIL. **Portaria n.º 42, de 14 de abril de 1999**. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1999.
- BREMAEKER, François E. J. de. **Os novos municípios: surgimento, problemas e soluções**. Revista de Administração Municipal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 40, n. 206, p. 1-17, mar. 1993. Revista de Informação Contábil, Recife, v. 5, n. 2, p. 1-21, 2011.
- CATAIA, M. A. **Território Nacional e Fronteiras Internas. A fragmentação do território brasileiro**. 2001. 164 f. Monografia (Especialização) - Curso de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- CATAIA, M. A. **A geopolítica das fronteiras internas na constituição do território: o caso da criação de novos municípios na Região Centro-Oeste do Brasil durante o regime militar**. Scripta Nova. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. X, n. 218 (22). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-22.htm>>. Acesso em: 05/07/2007.
- CIGOLINI, Adilar Antonio. **Análise do processo de criação de municípios no Brasil**. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 12., 2012, Bogotá. Anais [...]. Curitiba: Ufpr, 2012. p. 1-12.
- CIGOLINI, Adilar Antonio; MATIOLO, Edelvan. **Nova legislação e a potencialidade da criação de novos municípios no Brasil**. In: Congresso Brasileiro de Geografia, Política, Geopolítica e Gestão de território, 1., 2014, Rio de Janeiro. Anais [...]. Porto Alegre: Rebrageo, 2014. p. 508-519.

COSSIO, A. B. F. **Disparidades econômicas inter-regionais, capacidade de obtenção de recursos tributários, esforço fiscal e gasto público no federalismo brasileiro**. BNDES, Rio de Janeiro, 1998.

FAVERO, E. **Desmembramento territorial: o processo de criação de municípios: avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais**. Tese de Doutorado em Engenharia Urbana, USP, 2004.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo; ARAÚJO, Suelly Mara Vaz Guimarães de. **A criação de municípios e a formalização de regiões metropolitanas: os desafios da coordenação federativa**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 295-309, dez. 2015.

FLEURY, Sabino Fortes. **Emancipação de municípios: Um exame de indicadores**. Revista do Legislativo, Belo Horizonte, v. 37, p. 58-73, 2003.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. Campus, 2ed., 2000.

GIUBERTI, A. C. **Efeitos da lei de responsabilidade fiscal sobre os gastos dos municípios brasileiros**. Dissertação (Mestrado) – FEA/USP, São Paulo, 2005.

GOMES, Emerson Cesar da Silva. **Fundamentos das Transferências Intergovernamentais**. Revista Direito Público, São Paulo, v. 6, n. 27, p. 1-18, 2009.

GOMES, Gustavo Maia; DOWELL, Maria Cristina Mac. **Descentralização Política, Federalismo Fiscal e Criação de Municípios: O que é mau para o Econômico nem sempre é Bom para o Social**. 2000. 29 f. Monografia (Especialização) - Curso de Economia, Ipea, Brasília, 2000.

GREENE, W. H. **Econometric analysis**. Pearson Education India, 2003.

GRIN, Eduardo José. **Construção e desconstrução das Subprefeituras na cidade de São Paulo no governo Marta Suplicy**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, p. 119-145, set. 2015.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**, 5. ed. Bookman: Porto Alegre, 2011.

KASZNAR, Istvan Karoly. **Produção e desenvolvimento nos estados e municípios**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 6, n. 33, p. 247-254, dez. 1999.

KLERING, Luis Roque; KRUEL, Alexandra Jochims; STRANZ, Eduardo. **Os pequenos municípios do Brasil – uma análise a partir de índices de gestão**. Revista de Administração da Pucrs, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 31-44, 2012.

LOBO, C., FERREIRA, R. N., & NUNES, M. A. **A sustentabilidade fiscal e a oferta de serviços públicos: uma análise dos municípios brasileiros de pequeno porte**. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 14, 2022.

LUBAMBO, Cátia W. **Desempenho da Gestão Pública: que variáveis compõem a aprovação popular em pequenos municípios?** Sociologias, Porto Alegre, v. 16, n. 8, p. 86-125, dez. 2006.

- MACEDO, J. J.; CORBARI, E. C. **Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios brasileiros: uma análise de dados em painéis**. Revista Contabilidade & Finanças, Universidade de São Paulo, v.20, n.51, São Paulo, set-dez, 2009.
- MAGALHÃES, J. C. **Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil**. In: CARVALHO, A. X. Y.; ALBUQUERQUE, C. W.; MOTA, J. A.; PIANCASTELLI, M. (orgs.). Dinâmica dos Municípios, IPEA, Brasília, 2008.
- MAIA JÚNIOR, José Augusto. **A omissão estatal no processo de criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios no Brasil**. 2017. 29 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Centro Universitário Tabosa de Almeida (Pe), Caruaru, 2017.
- MASSARDI, Wellington de Oliveira; ABRANTES, Luiz Antônio. **Dependência dos Municípios de Minas Gerais em Relação ao FPM**. Gestão, Finanças e Contabilidade, Viçosa, v. 6, n. 1, p. 173-187, 2016.
- MATTOS, Enlison; PONCZEKZ, Vladimir. **Efeitos da Divisão Municipal na Oferta de Bens Públicos e Indicadores Sociais**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 67, n. 3, p. 315-336, set. 2013.
- MENDES, M. J. **Incentivos eleitorais e desequilíbrio fiscal de estados e municípios**. São Paulo, 1998.
- MENDES, M. J.; ROCHA, F. F. **Transferências intergovernamentais e captura de recursos públicos nos municípios brasileiros**. ESAF, Brasília, 2003.
- MF. **O que você precisa saber sobre as transferências constitucionais e legais – Fundo de Participação dos Municípios (FPM)**. Ministério da Fazenda, 2013.
- MONASTERIO, Leonardo. **A estranha distribuição da população dos pequenos municípios brasileiros**. Rev. Econ, Fortaleza, v. 45, n. 4, p. 109-117, dez. 2014.
- MUELLER, Airton Adelar; RIEDL, Mário; RAMOS, Marília Patta. **Criação de novos municípios, capital social e desenvolvimento**. 2014. 22 f. Monografia (Especialização) - Curso de Sociologia, Unisc, Santa Cruz do Sul, 2014.
- NUNES, Marcos Antônio. **Criação de municípios no Brasil: motivações, vantagens e desvantagens**. Revista Espinhaço, Teófilo Otoni, v. 1, n. 6, p. 11-20, 2017.
- NUNES, Marcos Antônio; GARCIA, Ricardo Alexandrino. **Surto emancipacionista no Brasil na década de 1990 e seu reflexo no balanço migratório dos municípios recém-criados**. 2015. 19 f. Monografia (Especialização) - Curso de Geografia, Ufmg, Belo Horizonte, 2015.
- OATES, W. E. **Fiscal Federalism**. Harcourt Brace Jovanovich, Nova Iorque, 1972.
- OATES, W. E. **An essay on fiscal federalism**. Journal of Economic Literature, v.37, n.3, 1999.
- PALOS, Aurélio Miguel Cruvinel e. **Criação de municípios, eficiência e produtividade na provisão de serviços públicos locais**. 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- PERSSON, T.; ROLAND, G.; TABELLINI, G. **Comparative Politics and Public Finance**. Journal of Political Economy, vol. 108, no. 6, 2000, pp. 1121–61.

POLITI, Ricardo Batista; MATTOS, Enlinson. **1 Transferências intergovernamentais e equalização fiscal regional: evidências para municípios do Brasil.** In: XLI Encontro Nacional de Economia, 41., 2013, Palmas. Anais [...]. Palmas: Anpec, 2014. p. 1-19.

REZENDE, A. J.; SLOMSKI, V. & CORRAR, L.J. **A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do estado de São Paulo.** Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337, Blumenau, 2005.

RODRIGUEZ, V. **Financiamento da educação e políticas públicas: o FUNDEF e a política de descentralização.** Cadernos CEDES, v.21, n.55, Campinas, nov., 2001.

ROY, A. D. **Some thoughts on the distribution of earnings.** Oxford Economic Papers, v.3, n.2, 1951.

RUBIN, D. B. **Estimating causal effects of treatments in randomized and nonrandomized studies.** Journal of Educational Psychology, v.66, n.5, 1974.

SACHSIDA, A.; MONASTERIO, L.; LIMA, I. M. **Criação de municípios depois do PLS 98/2002: uma estimativa preliminar.** Notas Técnicas do IPEA, nº 6, dez., 2013.

SALOMAO NETO, B. A.; SAIANI, C. C. S. **Descentralização, esforço fiscal e captura de recursos públicos: efeitos da criação de municípios no Brasil.** In: XLVII Encontro Nacional de Economia, 2019, São Paulo/SP. XLVII Encontro Nacional de Economia. São Paulo/SP: ANPEC, 2019. v. XLVII.

SANTOS, D. F.; FERNANDES, A. S. A.; TEIXEIRA, M. A. C. **As regiões metropolitanas no Brasil e o problema institucional de cooperação: a trajetória das regiões metropolitanas de Natal e Aracaju.** Cadernos EBAPE.BR (FGV), v.11, n.3, p. 368-382, 2013.

SERRA, J.; AFONSO, J. R. R. **Federalismo fiscal à brasileira: algumas reflexões.** Revista do BNDES, v. 6, n. 12, p. 3-30, Rio de Janeiro, dez., 1999.

SCHWENGBER, Silvano Battaglin; RIBEIRO, Eduardo Pontual. **O Impacto do Fundo de Participação (FPE) no esforço tributário dos Estados: Uma estimativa do potencial de arrecadação do ICMS.** In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMOMETRIA, 20., 1999, Porto Alegre. Trabalho de monografia. Porto Alegre: Nemesys, 1999. p. 6-58.

SHIKIDA, Cláudio Djissey. **Análise Crítica do Crescimento do Estado Através da Criação de Novos Municípios.** 1999. 10 f. Monografia (Especialização) - Curso de Economia, Puc Minas, Belo Horizonte, 1999.

SIQUEIRA, Cláudia Gomes de. **Emancipação Municipal Pós Constituição de 1988 Um estudo sobre o processo de criação dos novos municípios paulistas.** 2003. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

STRUMPF, K. **A predictive index for the flypaper effect.** Journal of Public Economics, v. 69, 1998.

TEIXEIRA, M. F. F. **Composição dos gastos dos Estados Brasileiros 1983/1999.** Brasília, ESAF, 2002, 88P. Monografia premiada em 2º lugar no VII Prêmio Tesouro Nacional, 2002. Tópicos Especiais de Finanças Públicas, 2001.

TEMÓTEO, A.; MAZIEIRO, G.; ANDRADE, H. **Governo propõe fundir municípios; regra atingiria quase 1 em cada 4 cidades.** Economia, UOL, 5 de Novembro de 2019.

TIEBOUT, C. **A pure theory of local expenditures.** Journal of Political Economy, v.64, n.5, 1956.

TOMIO, F. R. L. **A criação de municípios após a Constituição de 1988.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.17, 2002.

TOMIO, F. R. L. **Federalismo, municípios e decisões legislativas: a criação de municípios no Rio Grande do Sul.** Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 24, p. 123-148, jun. 2005.

UGÁ, M. A.; PIOLA, S. F.; PORTO, S. M.; VIANNA, S. M. **Descentralização e alocação de recursos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).** Ciência & Saúde Coletiva, v.8, n.2, p.417-437, 2003.

WYCKOFF, P. **A Bureaucratic theory of flypaper effects.** Journal of Urban Economics, v.23, 1988.

VELOSO, João Francisco Alves. **As transferências intergovernamentais e o esforço tributário municipal: Uma análise do FPM.** 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2008.

VICENTE, E. F. R.; DO NASCIMENTO, L. S. **A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: Um enfoque contábil.** Revista de Contabilidade e Organizações, [S. l.], v. 6, n. 14, p. 106-126, 2012.